

# *FILATELIA LUSITANA*

*ORÇÃO OFICIAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE  
FILATELIA*



*PORTUGAL-2010*  
**PORTUGAL-2010**

*EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE FILATELIA*

*1-10 OUTUBRO DE 2010*

*PAVILHÃO 1 - PARQUE DAS NAÇÕES*





## FILATELIA LUSITANA

SÉRIE III  
NÚMERO 22  
SETEMBRO DE 2010

### EDITOR E PROPRIETÁRIO

Federação Portuguesa  
de Filatelia-APD

### DIRECTOR

Pedro Vaz Pereira

### COLABORADORES NESTE NÚMERO

Ana Rita Passos  
André Alexandre Passos  
Associação Académica de Coimbra  
Débora Ramos Pereira  
Gonçalo Lima  
João Pedro Xavier de Brito  
Pedro Vaz Pereira  
Rui Costa Pinto  
Sara Massa

### REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e PUBLICIDADE

Av. Almirante Reis, 70-3º Esq.  
Telef./Fax: 21 812 55 08  
1150-020 LISBOA  
E-mail: fpf-portugal@netcabo.pt

### FOTOCOMPOSIÇÃO, MONTAGEM e IMPRESSÃO

Papiro-Relevo, Unipessoal, Lda.  
R. do Grupo Desportivo  
Correr d'Água  
2845-540 AMORA-SEIXAL  
Tel.: 309 920 577  
Fax: 309 920 576  
E-mail: papiro.relevo@hotmail.com

### Tiragem:

3000 exemplares

Depósito Legal  
nº 67183/94

# Editorial



## O D. AFONSO HENRIQUES JÁ SABIA !!

### Cidadãos!

Vamos celebrar o 5 de Outubro de 1910, dia em que a nossa REPÚBLICA venceu, substituindo uma velha monarquia, que não resistiu às novas ideias e ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, à vontade de um povo, que em armas soube impor aqueles princípios, utópicos aos dias de hoje. Cada vez temos menos igualdade, menos fraternidade e quanto a liberdade ..... meus amigos *o sonho comanda a vida*, lá dizia o nosso António Gedeão!! A liberdade de hoje, é a liberdade da força do capital, que se impõe aos que vivem na penúria, de mão estendida e que calados ..... resistem às notícias do meu país, que o vento já não traz, que o vento leva para longe, calando a desgraça!!! Ah que saudades das ilusões de liberdade!! e de fraternidade, quando todos iguais, lutávamos por elas, puras e ingénuas!

Esta Filatelia Lusitana é diferente das outras. É uma revista dos 100 anos da República.

É a vermelho e verde. Vermelho, a força da nossa vontade, verde a da nossa esperança!!!

A Filatelia Portuguesa queria comemorar os 100 anos da República com uma grande exposição mundial de filatelia de cariz republicano, onde nesta existisse um grande e importante mostruário dos tempos da 1ª República.

Contudo a REPÚBLICA morreu na PORTUGAL-2010!!

Uma "conspiração", provavelmente monárquica e maçónica, não laica, e imprevista, matou a nossa REPÚBLICA!

Até o D. Afonso Henriques, quando noutro dia visitei o Castelo de S. Jorge, mirando-me lá do seu pedestal, estava a rir-se de mim!!

## ÍNDICE

EDITORIAL .....	1	Do Mapa Cor de Rosa ao Ultimatum Britânico.....	22
PORTUGAL-2010.....	3	A Monarquia, na República .....	36
ARTIGOS – REPÚBLICA		NOTÍCIAS FEDERATIVAS .....	41
Cacau – Uma História Secular.....	13	JUVENTUDE .....	54



Na realidade desde 1982 que a Federação Portuguesa de Filatelia perseguia a realização de uma exposição mundial de filatelia. Pensou-se em 1986, ano da nossa entrada para Comunidade Europeia, pensou-se em 1994, em que Lisboa foi Capital Europeia da Cultura, estivemos muito próximo em 1998, ano comemorativo da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, houve fortes vontades em 2003, nos 150 anos da emissão do primeiro Selo Postal Português, até que surge o grande motivo político para o fazermos, A REPÚBLICA, laica, nos seus 100 anos.

Sabendo do que falávamos e conhecedores do que tínhamos para mostrar ao povo português e especialmente aos nossos jovens, logo idealizamos uma grande exposição mundial com a REPÚBLICA, com a nossa REPÚBLICA, laica e do povo!! Com os seus antecedentes, com o 5 de Outubro, com os vultos republicanos, com as instituições republicanas, com a Grande Guerra, com as Missões Laicas, com os carros da época, com a Monarquia do Norte, com as organizações maçónicas, com os Centros Republicanos, a Lei da Separação da Igreja do Estado, as Constituintes, com as Coisas e Loisas da República, os caminhos de ferro, o Traje republicano, as armas do 5 de Outubro e muitos outros aspectos temáticos da nossa 1ª REPÚBLICA. Estavam na realidade, reunidos factos históricos de considerável interesse cultural para o nosso povo, mas .... outras vontades, mais poderosas, se impuseram e lamentavelmente impediu-se que tal fosse dado ao povo, que não teria que pagar esta cultura, que é sempre tão cara no nosso país, e em especial para as carteiras desprotegidas de milhões de portugueses.

Perdeu-se uma oportunidade única de levar a REPÚBLICA na PORTUGAL-2010 a milhares de cidadãos!

Mas, tal qual D. Afonso Henriques fez aos mouros, também aqui foi dada uma espadeirada na pobre da REPÚBLICA, que quase a degolou, vindo esta a morrer sem honra nem glória, depois de um longo e penoso sofrimento! Morreu ingloriamente, gritando pela Pátria descolorida e ingrata, coitada, depois de ter estado alguns meses a sangrar, agonizando, outros a estrebuchar até que, desgraçadamente, foi um ar que lhe deu!!

Será que se entendeu por certo, mas erradamente, que tudo isto era demasiado republicano, demasiada cultura para os nossos jovens, que de 1ª República sabem que existiam “*uns reis e depois uns Presidentes da República*”? Entendeu-se, que o nosso povo não merecia este banho de República!! Muito bem, foi a razão da força, contra a força da razão. Venceu a primeira, como quase sempre infelizmente, sobra-me o deleite moral de ter a força da razão republicana!! A razão de querer uma grande exposição republicana para os portugueses, e de crer que eles sairiam largamente beneficiados, de crer que a filatelia sairia igualmente em vantagem com as mais-valias, que ambas as exposições trariam ao nosso povo.

Por isso logo compreendi, quando o D. Afonso Henriques olhou para mim, riu e naquela expressão austera que sempre lhe conheci me disse : “*grande trouxa*” !!!!! não compreendeste nada, meu inócuo republicano!! Senti-me vexado e gozado, mas como era o grande D. Afonso, primeiro da monarquia de Portugal, calei-me ... e calado estou!

Mas vamos ter a PORTUGAL-2010 com a tal juventude, que por lá vai passar, com programa e tudo. Lá estaremos no espaço conceptualizado para o efeito, para fazer-mos o nosso melhor e para ver se fica alguma coisa de filatelia naqueles jovens, cientes que não é o ideal, mas é melhor que não fazer nada! já que REPÚBLICA eles não irão ter.

Vamos ter 75 países a expor, 678 participações, em 3100 quadros e 70 jurados para as julgarem.

Vamos ter filatelia do mais alto nível no próximo mês de Outubro em Lisboa, mas não vamos ter REPÚBLICA, esta morreu, está morta e bem enterrada na PORTUGAL-2010.

Contudo não posso deixar de agradecer aos Correios de Portugal e a todo o seu pessoal o apoio e o empenho manifestado na realização deste grande evento, já que sem estes, provenientes desta grande empresa pública, esta PORTUGAL-2010 nunca se realizaria.

Todavia, tenho também que agradecer à Federação Portuguesa de Filatelia e a todos os filatelistas que estão empenhados para a levar a bom porto, e ainda a todos aqueles que pagaram para participar na PORTUGAL-2010. Sem toda esta gente filatélica, esta exposição também não se faria.

É da conjugação destas duas vontades, tantas vezes mal compreendida por ambas as partes, Correios e Federações, que se fazem as exposições filatélicas e “*se uma mão lava a outra, ambas lavam a cara*”.

É na realidade uma pena, que bem gastos 16 centenas de milhares de euros, não tivesse existido o engenho, a determinação e a vontade de termos a REPÚBLICA na PORTUGAL-2010, e por aqui nos ficamos!

Assim, apenas me resta dizer viva a PORTUGAL-2010, que à República daremos vivas noutra local, com a mesma vontade de fazer bem para a “*Res- publica*”, para a *coisa do povo*, algo que nos trouxe entusiasmados até sabermos e vermos o quanto o D. Afonso Henriques estava a rir e sabia bem porquê! Nós só agora soubemos. Foi esta a nossa fatalidade, porque de contrário não teríamos sido trouxas, com a *coisa do povo*, com a *Res-Publica*!! Morreu a REPÚBLICA, sobrou ainda a FILATELIA!!

Cidadãos, que viva a PORTUGAL-2010 !!!!!

Pedro Vaz Pereira



# PORTUGAL 2010

## PORTUGAL-2010

### 1-10 OUTUBRO 2010

Estamos a escassos dias da inauguração da maior exposição filatélica alguma vez realizada em Portugal.

Estamos a poucos dias da Federação Portuguesa de Filatelia concretizar um objectivo que persegue desde 1982. Estamos ansiosos, mas crentes que vamos ser capazes de levar a bom porto este enorme evento, um dos maiores organizado na Europa.

#### A PORTUGAL-2010 EM NÚMEROS

Participações por classes na PORTUGAL-2010

<b>B.1 - Classe de Grande Competição da FI</b>	<b>26</b>
<b>B.2 - Classe de Filatelia Tradicional</b>	
a) Portugal	5
b) Ex-colónias, Macau e Timor	7
c) Europa	51
d) América	21
e) África, Ásia e Oceânia	23
	<b>107</b>
<b>B.3 - Classe de História Postal</b>	
a) Portugal	6
b) Ex-colónias, Macau e Timor	1
c) Europa	82
d) Resto do mundo	36
	<b>125</b>
<b>B.4 - Classe de Inteiros Postais</b>	<b>37</b>
<b>B.5 - Classe de Aerofilatelia</b>	<b>21</b>
<b>B.6 - Classe de Filatelia Temática</b>	<b>82</b>
<b>B.7 - Classe de Maximafilia</b>	<b>11</b>
<b>B.8 - Classe de Literatura Filatélica</b>	
a) Brochuras filatélicas, monografias e artigos de pesquisa	71
b) Jornais filatélicos, revistas e artigos	53
c) Catálogos	36
d) Audiovisual e programas de computador	8
	<b>168</b>
<b>B.9 - Classe de Juventude Filatélica</b>	
a) até 13 anos	-
b) 13 a 15 anos	6
c) 16 a 18 anos	19
d) 19 a 21 anos	7
	<b>32</b>
<b>B.10 - Classe de Selos Fiscais</b>	<b>10</b>
<b>B.11 - Classe de Astrofilatelia</b>	<b>2</b>
<b>B.12 - Classe Aberta</b>	<b>10</b>
<b>B.13 - Um Quadro</b>	<b>44</b>

Estas participações serão montadas nos 3022 quadros de que se comporá a exposição filatélica.

Um corpo de 70 jurados julgará as participações expostas.

Os países participantes estarão representados por 75 comissários, um de cada país.

#### PROGRAMA SOCIAL DA PORTUGAL-2010

#### PORTUGAL-2010

#### Programa da Exposição Mundial Program of the World Exhibition

1/10 Sexta-Feira | Friday

09h 30	Encontro do Júri e Comissários no lobby do hotel Vip ART para seguir para o local da exposição. <b>Meeting of jurors and commissioners in the lobby of Hotel Vip Art to be guided to the exhibition.</b>
10h 00	Primeira reunião do corpo de jurados. <b>Auditério 2</b> – Centro de Congressos. <b>First meeting of the Jury. Auditorium 2 – Congress Centre</b>
10h 00	Primeira reunião de Comissários. <b>Auditorio 3</b> – Centro de Congressos. <b>First meeting of Commissioners – Auditorium 3 – Congress Centre</b>
18h 00	Abertura Oficial da Exposição <b>The Opening Ceremony</b>
18h 30	Lançamento do Livro dos CTT sobre os 100 Anos de República, sendo orador o Professor Costa Pinto. Lançamento do 1º Carimbo comemorativo da PORTUGAL-2010 e emissão filatélica. <b>Presentation of the book published by the Portuguese Post about 100 Years of the Portuguese Republic, being the orator the Professor Costa Pinto. Issue of the first cancellation and philatelic issue.</b>
19h 15	Porto de Honra <b>Porto Wine of Honour</b>

2/10 Sábado | Saturday

09h 30-12h30 e 14h-18h30	Trabalho do Júri <b>Jury Work</b>
10h 00	Reunião de Comissários <b>Commissioners meeting</b>
11h 00	Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia <b>Issue of the day cancellation</b>
12h 30-14h 00	Almoço Trabalho Jurados e Comissários <b>Work lunch of jurors and commissioners</b>
10h 00-18h 30	Atelier de Filatelia Juvenil <b>Youth Work</b>





### 3/10 Domingo | Sunday

- 09h 30-12h 00 e 14h 00-18h30** Trabalho do Júri  
**Jury Work**
- 10h 00** Foto de Jurados  
**Jury Photo**
- 10h 00** Reunião de Comissários  
**Commissioners meeting**
- 10h 30** Foto de Comissários  
**Commissioners photo**
- 11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia  
**Issue of the day cancellation**
- 10h 30-16h 00** Visita à Cerâmica Bordalo Pinheiro, com almoço, por oferta da VISABEIRA.  
Apenas para operadores postais – WADP/UPU  
**Visit to Ceramic Bordalo Pinheiro, invitation VISABEIRA**  
**Only to Postal Operators – WADP/UPU**
- 12h 30-14h 00** Almoço de trabalho de Jurados e Comissários  
**Work lunch of jurors and commissioners**
- 10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil  
**Youth Work**

### 4/10 Segunda-feira | Monday

- 09h 30-12h30 e 14h 00-18h 30** Trabalho do Júri  
**Jury Work**
- 10h 00-12h 30** Reunião da WADP/UPU – Sala 4 do Centro Congressos  
**WADP/UPU meeting – Room 4 of Congress Centre**
- 10h 00** Reunião de Comissários  
**Commissioners meeting**
- 11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia  
**Issue of the day cancellation**
- 12h 30** Almoço de Trabalho de Comissários e Jurados  
**Work lunch of jurors and commissioners**
- 14h 30** Conferência sobre “Tinta, Papel e Cola na Produção de Selos” – sala 4 Centro de Congressos  
**Lecture about Ink, Paper in the production of Stamps.**  
**Room 4 – Congress Centre**
- 10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil  
**Youth Work**

### 5/10 Terça-feira | Tuesday

- 09h 30-12h 30 e 14h 00-18h 30** Trabalho do Júri  
**Jury Work**
- 10h 00** Reunião de Comissários  
**Commissioners meeting**
- 11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia  
**Issue of the day cancellation**
- 12h 30-14h 00** Almoço de trabalho de jurados e comissários  
**Work lunch of jurors and commissioners**
- 10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil  
**Youth Work**
- 14h 00-17h 00** Reunião dos Presidentes das Comissões FIP – **Auditório 2**  
**Meeting of the Commissions FIP Presidents – Auditorium 2**

- 20h 30** Recepção dos CTT/FPF e entrega das medalhas e diplomas aos jurados e comissários dos países presentes na exposição.  
**Reception of Portuguese Post Office/Portuguese Philatelic Federatin. During this dinner will be given the medals and diplomas to Jurors and Commissioners.**

### 6/10 Quarta-feira | Wednesday

- 09h 00-17h 30** Passeio dos convidados da Portugal-2010 to Óbidos e Nazaré.  
(Autocarros no VIP Art Hotel às 8h 45m)  
**Excursion of the guests of PORTUGAL-2010 to Óbidos and Nazaré.**  
(Buses in VIP Art Hotel 8h 45m)
- 11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia  
**Issue of the day cancellation**
- 10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil  
**Youth Work**

### 7/10 Quinta-feira | Thursday

As reuniões de todas as Comissões FIP, FEPA e FIAF serão no Centro de Congressos  
**Meetings all FIP Commissions, FEPA and FIAF Meetings will be in the Congress Centre**

- 08h 30-10h 30; 10h 30-12h 30** Reunião das Comissões da FIP  
**Meeting of FIP Commissions**
- 08h 30-10h 30** **Tradicional/Traditional – Auditório 2**  
**Seminário/Lecture de Tradicional/Traditional**
- 08h 30-10h 30** **Maximafilia/Maximaphily – Auditório 3**
- 10h 45-12h 45** **Juventude/Youth – Auditório 2**  
**Seminário/Lecture de Juventude/Youth**
- 10h 45-12h 45** **História Postal/Postal History – Auditório 3**  
**Seminário/Lecture de História Postal/Postal History**
- 14h 30-17h 30** **Inteiros Postais/Stationery – Auditório 2**  
**Seminário/Lecture de Inteiros Postais/Stationery**
- 14h 30-16h 00** **Aerofilatelia/Areophilately – Auditório 3**  
**Seminário de Aerofilatelia/Areophilately**
- 16h 15-18h 00** **FISA Meeting – Auditório 3**
- 14h 30-16h 30** **FEPA MEETING – sala/room 1**
- 16h 45-18h 45** **FIAF MEETING – sala/room 1**
- 11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia  
**Issue of the day cancellation**
- 10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil  
**Youth Work**



## 8/10 Sexta-feira | Friday

As reuniões de todas as Comissões FIP, FIAP e AIEP serão no Centro de Congressos

**Meeting all FIP Commissions, FIAP and AIEP Meetings, will be in the Congress Centre**

**08h 30m-10h 30; 10h 30-12h 30** Reunião das Comissões da FIP

**08h 30-10h 30** *Astrofilatelia/Astrophilately – Auditório 2*  
*Seminário/Lecture de Astrofilatelia*

**08h 30-10h 30** *Fiscais/Revenues – Auditório 3*

**10h 45-12h 45** *Literatura/Literature – Auditório 2*

**10h 45-12h 45** *Temática/Thematic – Auditório 3*  
*Seminário/Lecture de Temática*

**14h 15-15h 30** *Falsificações/Forgeries – Auditório 2*

**15h 45-16h 30** *FFE Presentation – “The AIM of the FFE Journal” – Auditorium 2*

**14h 30-16h 30** *FIAP MEETING – Auditório 3*

**16h 45-18h 30** *AIEP meeting – Auditório 2*

**09h 00-18h 00** FIP Board meeting.

**FIP Board Meeting**

**11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia

**Issue of the day cancellation**

**10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil

**Youth Work**

**20h 30** Jantar de Palmarés no Casino do Estoril.  
(Autocarros no VIP Art Hotel às 19h 30m)

**Palmarés Dinner in Casino Estoril**

**(Buses 19h 30 m in the VIP ART Hotel)**

## 9/10 Sábado | Saturday

**10h 00-12h 30** Reunião dos jurados com os expositores  
**Meeting of jurors with the exhibitors in front of the frames.**

**10h 00-12h 30** Congresso da AIJP – **SALA 1** – Centro de Congressos

**AIJP Congress Room 1 – Congress Centre**

**11h 00** Lançamento do Carimbo Comemorativo do dia

**Issue of the day cancellation**

**14h 30** Leilão Filatélico da casa leiloeira P. Dias Lda. – **Auditório 3 Centro Congressos**

**Auction of the company Paulo Dias Leilões – Auditorium 3 Congress Centre**

**10h 00-18h 30** Atelier de Filatelia Juvenil

**Youth Work**

**14h 00** Entrega dos prémios aos expositores presentes na PORTUGAL-2010

**14h 00** Congresso da AEP – Academia Europeia de Filatelia **SALA 1 Centro Congressos**

**Congress of the European Academy of Philately - Congress Centre room 1**

**20h 00** Jantar AEP – Academia Europeia de Filatelia

**Dinner of the European Academy of Philately**

## 10/10 Domingo | Sunday

**08h 30-18h 00** Congresso da FIP – **Auditório 1 do Centro de Congressos**

**FIP Congress – Auditorium 1 of the Congress Centre**

**13h 00** Almoço dos Delegados ao Congresso da FIP no restaurante do Centro de Congressos

**Lunch of the FIP Congress in the Restaurant of the Congress Centre**

**15h 00** Encerramento da Exposição.

**Closure of the PORTUGAL-2010**

Durante a exposição serão realizadas algumas palestras sobre a 1ª República Portuguesa, as quais se designarão por:

During the exhibition will be held some lecture about the 1st Portuguese Republic with the title:

### **Rumo ao 5 de Outubro**



### **HORÁRIO DA PORTUGAL-2010**

A Exposição Portugal-2010 abrirá excepcionalmente ao público no dia 1 de Outubro de 2010 às 19 horas e encerrará nesse dia pelas 21 horas.

**De 2 de Outubro a 9 de Outubro** abrirá todos os dias pelas 10 horas da manhã e encerrará ao público às 19 horas.

**No dia 10 de Outubro** abrirá às 10 horas da manhã e encerrará pelas 14 horas e 30 minutos.

Neste último dia teremos que encerrar às 14 horas e 30 minutos para desmontar-mos todas as colecções, para que os comissários as confirmem e deixem Portugal no dia 11 de Outubro.

### **A POLÓNIA NA PORTUGAL-2010**



Fig. 1 – Bloco emitido pelos correios da Polónia dedicado à PORTUGAL – 2010.





A Polónia emitiu um bonito bloco comemorativo da PORTUGAL-2010. No selo do bloco encontra-se a Torre de Belém e os restantes motivos são de dedicados aos descobrimentos portugueses.

**CORREIOS DE PORTUGAL EMITEM UM CONJUNTO DE BONITAS SÉRIES DEDICADAS À REPÚBLICA**

Na realidade os Correios de Portugal empenharam-se em criar um conjunto de peças postais de grande qualidade histórica e técnica para durante os últimos 4 anos tornaram mais visível os ideais políticos e sociais da República em Portugal. A temática destes selos é de autoria do Sr. Professor António Costa Pinto.

É precisamente esse conjunto de emissões que passamos a reproduzir:



Busto oficial da República



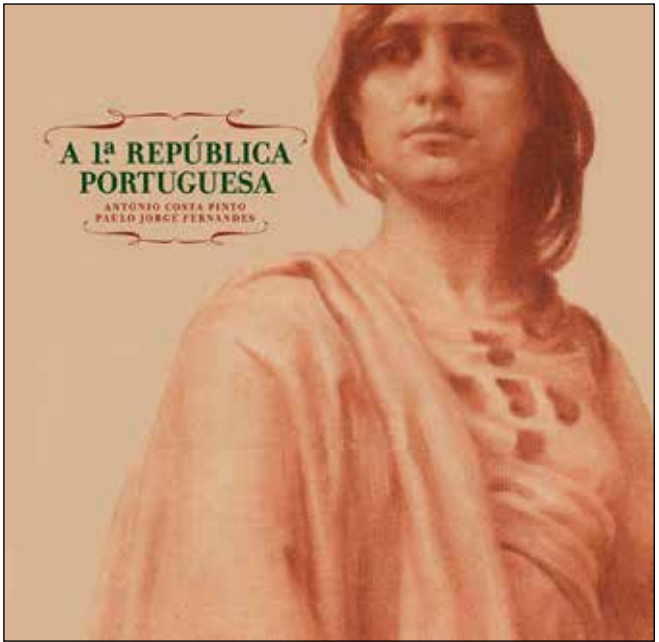




### CORREIOS DE PORTUGAL PUBLICAM LIVRO SOBRE A REPÚBLICA

De autoria de António Costa Pinto e Paulo Jorge Fernandes, os Correios de Portugal vão lançar um livro comemorativo dos 100 anos da República em Portugal. Este livro terá no seu interior todas as séries emitidas pelos correios referentes à República e o livro versará os temas incluídos nestes selos.

A capa é a velhinha prova do selo CERES, ainda por cima decapitada da testa para cima. Na realidade poderia







ter sido criada uma capa com outra imaginação republicana, com outra inovação, que não este *déjà vue* centenas de vezes, tornando-a bonita e atraente, o que não é o caso desta. Foi pena, já que o livro é na realidade de grande qualidade histórica.

Este excelente livro será apresentado no dia 1 de Outubro, na sessão de abertura da PORTUGAL-2010 e todos os filatelistas poderão comprá-lo no stand dos CTT que funciona no recinto da exposição, pelo preço de 41,00 €. Livro que recomendamos vivamente, imprescindível em qualquer biblioteca.

## CORTE DE HONRA

### A COLEÇÃO DE SUA MAJESTADE A RAINHA DE INGLATERRA

#### O 1º SELO EMITIDO NO MUNDO EM LISBOA PENNY BLACK



Desenho Original do selo  
Penny Black

A Coleção de sua Majestade a Rainha de Inglaterra estará presente na PORTUGAL-2010 no espaço destinado à Corte de Honra.

Será apresentada a coleção do **Peny Black**, o primeiro selo emitido em todo o mundo, decorria o ano de 1840.

#### O LEVANTE FRANCÊS DE DAVIT FRANCO EM LISBOA



A extraordinária coleção de Davit Franco, relativa ao **Levante Francês**, estará igualmente presente na Corte de Honra. Um coleção única sobre a História Postal do Médio Oriente enriquecerá a PORTUGAL-2010 e dará aos portugueses a excelente oportunidade de verem uma das melhores e maiores coleções do Levante Francês.



Carta de Gallipoli Petit Chiffre « 3767 », 17 Junho 1855 em Inglaterra Glasgow com o selo inglês 1 penny – Peça Única (3x1=3 Pence).

#### OS SERVIÇOS POSTAIS EGÍCIOS NO CANAL DO SUEZ DE SAMIR FIKRY



O fantástico estudo de Samir Fikry sobre os correios no Canal do Suez entre 1830 e 1880 irá estar presente trazendo uma mais valia para a exposição e um tema de História Postal muito pouco conhecido dos portugueses.



#### O único sobrescrito conhecido

Este sobrescrito de Chantier VI para Degoin via Ismamailia, Alexandria e Marselha, franquiado com 40 para selos "1 piast.", pagando o porte interno/10 gramas para Alexandria, carimbado pelo Canal do Suez Chantiez XI cds. Tipo SC-1, datado de 27.05.1869 com 40 cent, que eram aplicados através dos correios franceses de em Alexandria, cumprindo a taxa estrangeira para o resto do percurso para o destino francês, obliterado pelo carimbo numérico "5080" com todos os cdss de trânsito e Dagoin de chegada datado 5.06.1869 no reverso e apresentado em cima.



## CARIMBOS DIÁRIOS DA PORTUGAL 2010

**1 de Outubro** Dia de Portugal  
**2 de Outubro** Dia da Federação Portuguesa de Filatelia  
**3 de Outubro** Dia da Cidade de Lisboa  
**4 de Outubro** Dia da WADP\UPU

**5 de Outubro** Dia do Centenário do Regime Republicano  
**6 de Outubro** Dia da Juventude  
**7 de Outubro** Dia da Federação Europeia de Associações Filatélicas (FEPA)  
**8 de Outubro** Dia da Língua Portuguesa  
**9 de Outubro** Dia dos CTT Correios de Portugal  
**10 de Outubro** Dia da Federação Mundial de Filatelia (FIP)



## MEDALHAS DA PORTUGAL-2010

Depois da FPF ter apresentado duas propostas que foram rejeitadas pelos CTT e destes terem por sua vez apresentado também duas propostas ambas também rejeitadas pela FPF, chegou-se a um consenso de medalha, cujo projecto apresentamos neste artigo.



## WEBSITE DA PORTUGAL-2010

No site da PORTUGAL-2010 encontrará muito mais informações como as colecções participantes na PORTUGAL-2010, bem como os jurados e comissários que estarão presentes.

Assim acesse a : [www.portugal2010.pt](http://www.portugal2010.pt) e descubra o da PORTUGAL-2010.

## JANTAR DE PALMARÉS

O jantar de palmarés decorrerá no Casino do Estoril. Os bilhetes estarão à venda no stand dos CTT no recinto da exposição e custarão 75.00 € por pessoa.

## COLECÇÃO DO PRÍNCIPE DO MÓNACO EM PORTUGAL

Estará também presente na PORTUGAL-2010 a «COLLECTION PHILATELIQUE DE S.A.S. le Prince ALBERT II de Mónaco».

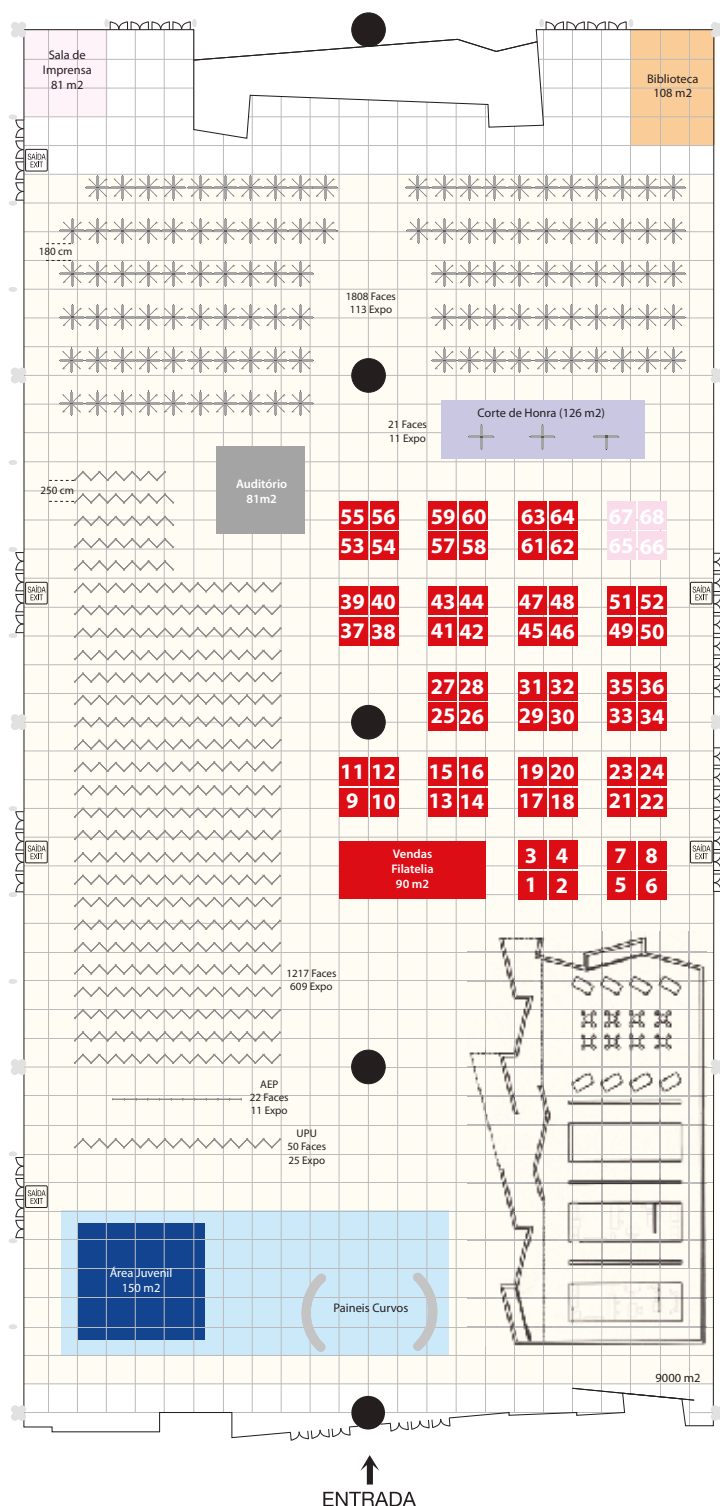
Serão apresentados os primeiros selos do Mónaco, que virão acompanhados pelo Sr Michel Granero, Secretário Geral da Comissão Consultiva das Colecções do Príncipe do Mónaco.



# Planta de Portugal 2010 – N.º de Stands e nomes

## Exposição Mundial de Filatelia Portugal 2010

(Planta feita em 16/07/2010)



- 1 INCM
- 2 INCM
- 3 CARTOR
- 4 CARTOR
- 5 Grupo CTT
- 6 Grupo CTT
- 7 Grupo CTT
- 8 Grupo CTT
- 9 Urbanos
- 10 Câmara Municipal de Lisboa
- 11 Metro
- 12 Carris
- 13 Solidariedade
- 14 Federação Portuguesa de Filatelia
- 15 AEP
- 16 Biblioteca Nacional
- 17 Marrocos
- 18 Marrocos
- 19 Espanha
- 20 Espanha
- 21 Theodore Champion / Nordfrim
- 22 Theodore Champion / Nordfrim
- 23 Macau
- 24 Macau
- 25 Brasil
- 26 Iraque
- 27 Cabo Verde
- 28 Nova Zelândia
- 29 Terras Austrais e Antárticas Francesas
- 30 Tajiquistão e Quirguistão
- 31 Coreia do Sul
- 32 Hungria e República Sérvia
- 33 China
- 34 Chipre
- 35 Croácia
- 36 Bielorrússia
- 37 Sérgio Simões / Lindner
- 38 Afinsa
- 39 Sérgio Simões / Lindner
- 40 Joaquim Maças
- 41 S. Tomé e Príncipe
- 42 Itália
- 43 Roménia
- 44 Bulgária
- 45 Alemanha
- 46 Luxemburgo
- 47 Eslováquia
- 48 Venezuela, México, Cuba e Colômbia
- 49 Taiwan
- 50 ...
- 51 ASCAT
- 52 Clube Filatélico de Portugal
- 53 Paulo Dias
- 54 Hennekinne Yves
- 55 Paulo Dias
- 56 Marigny Philatelie
- 57 Postiljonen
- 58 Postiljonen
- 59 Zinoni
- 60 Goran Fredrikson
- 61 Gartner
- 62 David Feldman
- 63 Montra Filatélica
- 64 Cover Story





# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA TEM STAND NA PORTUGAL-2010

## STAND Nº 14

**A** Federação Portuguesa de Filatelia vai estar presente na zona comercial da PORTUGAL-2010.

O STAND é o nº 14 e encontra-se mesmo junto ao Stand principal dos Correios de Portugal, como podem verificar na planta da exposição que se publica nesta revista.

O Stand da Federação Portuguesa de Filatelia, situado numa zona nobre da exposição, estará às ordens de todos os Clubes Federados para aí desenvolverem as actividades que muito bem entenderem.

Solicitamos assim que nos façam chegar as vossas propostas até 15 de Setembro de 2010.

Façamos todos da PORTUGAL-2010 um grande evento de filatelia, pelo que contamos com os clubes federados.

---

## LEILÕES P. DIAS ORGANIZAM LEILÃO NA PORTUGAL-2010

**A** prestigiada casa de leilões filatélicos P. Dias Lda. vai levar a efeito um leilão filatélico no Sábado dia 9 de Outubro de 2010.

Este leilão decorrerá no Centro de Congressos da FIL, auditório III, no Parque das Nações, local onde está a decorrer a PORTUGAL-2010 e terá o seu início pelas 14h30m.

Os lotes poderão ser vistos no stand 53 que esta casa leiloeira terá no pavilhão 1 da FIL no Parque das Nações, ou no site desta casa leiloeira, [www.pdiasleiloes.com](http://www.pdiasleiloes.com).

Este leilão terá uma qualidade excepcional e estamos certos que será uma excelente mais valia para a PORTUGAL-2010.



# ELEVADORES E ASCENSORES E FUNICULARES DE PORTUGAL



## Eleve a sua cultura

Compre o livro *Elevadores, Ascensores e Funiculares de Portugal*, com histórias e textos de Jaime Fragoso de Almeida e embarque numa viagem apaixonante por estes meios de transporte público. Rico em imagens, este livro transporta-o para um universo importante do nosso património histórico.

Edição limitada a 6.000 exemplares numerados; contém seis selos e um bloco da emissão filatélica homónima no valor facial de €6,34; PVP: €41,00.



# ARTIGOS - REPÚBLICA

## CACAU UMA HISTÓRIA SECULAR



### DR. JOÃO PEDRO XAVIER DE BRITO

Não vai ser possível iniciar sem deixar expresso o meu reconhecimento a todos aqueles que, de uma ou outra forma, contribuíram para que este árido tema viesse a ficar um pouco mais saboroso. Deste modo aqui fica a minha gratidão ao Prof. Aires-Barros, Prof. Óscar Barata, Dra. Helena Grego, Comte. Dr. Guilherme Conceição Silva, Dra. Alexandra Menezes Fonseca, Dr. Pedro Mantero, Sr. Pedro Vaz Pereira, Dr. Armando Caeiro, Eng. Miguel Xavier de Brito Machado e ao Prof. da Sorbonne Eng. Agrónomo Jorge Vieira da Silva.



Fruta de cacau

Entre nós dificilmente se imagina quem possa ainda desconhecer o sabor do cacau ou do seu mais próximo parente – o chocolate. Estes dois nomes têm a sua origem nas designações aztecas que, com as respectivas substâncias, foram importadas da América Central, no séc. XVI, pelos exploradores espanhóis.

O cacau é o fruto do cacaeiro que mais não é que uma pequena árvore da família das esterculiáceas, género *Theobroma*, de que há 20 espécies, originária da costa do golfo do México, das florestas do Amazonas, do Orenoco e da mata atlântica do Brasil. As melhores condições para o seu crescimento pressupõem um habitat tropical, ou seja um clima quente e húmido. A exposição solar directa é nociva pelo que necessitam da sombra de arvoredos mais altos e de elevada pluviosidade. Não é vantajosa a sua cultura em altitudes muito superiores a 500 metros.

No séc. XVIII Lineu, talvez por já saber o motivo da designação indígena, chama-lhe *theobroma cacao*. Este nome, de origem grega, significa apenas alimento divino, que mais não era do que a denominação que os aztecas correctamente lhe atribuíam. De facto o cacau era normalmente reservado para Montezuma e outros altos dignitários do império, uma vez que o seu efeito, à data bem conhecido, era altamente revigorante com especial relevo para as funções relacionadas com a necessária exaltação da virilidade.

Para as damas nada consta da sua utilização, o que não seria de estranhar. Também proibido não deveria ser. As favas de cacau também serviam de moeda para os aztecas dado o seu uso alimentar ser privilégio real. Ainda cerca de 1850 se registou esta sua utilização em regiões mais inacessíveis e recônditas do interior do México.

Inicialmente era utilizado na preparação duma bebida aquosa amarga adicionada de pimentão e urucatu, para lhe dar uma cor vermelha, adoçada depois com mel e posteriormente com açúcar a que se chamou chocolate. A sua difusão na Europa dá-se precisamente com a generalização do uso do açúcar.



Príncipe visto do lado do mar.

O cacaeiro foi trazido da mata atlântica do Brasil para a ilha do Príncipe e só depois passou para a ilha de S. Tomé. Inicialmente foi utilizado como planta ornamental, dado que as folhas lembram as do castanheiro. A sua duração média é de cerca de 25 a 50 anos pelo que não pode ser esquecida a renovação das plantações. O valor desta planta está intimamente relacionado com a quantidade e qualidade da sua produção. Curiosamente foi já anotado que as melhores plantações pareciam jardins e os pequenos plantadores eram, até recentemente, responsáveis por uma muito elevada percentagem da produção mundial.

Torna-se ainda muito importante atender a duas operações fundamentais – a fermentação e a secagem. As favas são envolvidas por uma mucilagem açucarada rica em pectina. O melhor agente da fermentação é uma levedura que recebeu, já no séc. XIX, do Dr. Preyer, citado pelo naturalista brasileiro J. A. Henriques, o nome de "*Saccharomyces Theobromae*" e deve ser praticada até uma semana a uma temperatura de cerca de 30º C. Terminada esta fase inicia-se





Vista sobre a Ilha do Príncipe onde se pode ver a velha ponte do rio Papagaio.

a secagem do cacau, habitualmente ao sol, à qual se segue a escolha e o polimento das sementes. De toda esta preparação depende a melhor qualidade do cacau que ulteriormente comandará o seu valor comercial. A secagem mecânica conservando uma parte da mucilagem aumenta o peso mas não a qualidade.



Rocha de produção de cacau com os trabalhadores a transportar o cacau depois de terminado o trabalho.

Na Europa a aplicação terapêutica do cacau foi inicialmente divulgada na primeira metade do séc. XVII pelo médico português Zacuto Lusitano, nascido em Lisboa e familiar de Abraão Zacuto. Perseguido pela Inquisição fixa-se, como muitos outros, em Amsterdão onde é publicada uma das suas melhores obras – Praxis Medica Admiranda – com a magistral descrição da aplicação do cacau em situações de dispepsia e, sobretudo, no revigoramento dos enfermos.

O seu mais notável princípio activo é a teobromina, quimicamente trata-se da 3, 7 dimetilxantina, substância muito próxima da teofilina – princípio activo do chá, e da cafeína – analogamente do café.

Todos estes compostos integram o grupo das xantinas, que derivam do largo conjunto que tem a designação de purinas.

A teobromina foi inicialmente caracterizada em 1842 por Woskresensky que, entre outros dados, anotou a sua difícil solubilidade na água.

Em terapêutica usou-se como estimulante cardíaco e como diurético.

Nas insuficiências circulatórias é mais activa a cafeína, como broncodilatador é predominante a teofilina. A acção da teobromina é sobretudo vasodilatadora o que a tornou especialmente valiosa nas situações de angina de peito, de asma cardíaca, de esclerose renal e ainda de hipertensão arterial.

Desde há largas décadas que nunca esqueci, quando assistente do Prof. Fernando Fonseca, a sua fórmula de umas hóstias em cuja composição entram alguns decigramas de teobromina.

Também não é despidiendi a referência a um importante produto extraído na preparação industrial: refiro-me à manteiga de cacau que se utiliza na produção do chocolate branco. Além de ser bastante usada em cosmética tinha, até muito recentemente, larga utilização como excipiente farmacêutico. A ela se deve o aroma do chocolate, em cujo fabrico há quem empregue, por vezes, leite condensado.



Cascata em S. Thomé com trabalhadores nas suas imediações.

100g de cacau contém aproximadamente 3g de água, 20g de proteínas, 30g de lípidos, 40g de glúcidos, 2,5g de teobromina, 1,5g de potássio e de fósforo, 0,5g de oxalatos e de magnésio, além de várias outras oligosubstâncias.

Para abordar de modo adequado a cultura e a produção do cacau tornam-se necessárias algumas considerações sobre a escravatura.

Em S. Thomé a escravatura começou no fim do séc. XV com a introdução da cana de açúcar vinda da Madeira onde



fora cultivada a partir de Marrocos. A descoberta do Brasil torna esta cultura antieconómica pelo que é substituída pelo café que entretanto sucumbe à ferrugem. Ocorre então a vez do cacau até aí apenas ornamental. S. Tomé rapidamente se torna o maior e mais importante produtor. Escravos fugidos em canoas, aproveitando ventos e correntes favoráveis, levaram favas de cacau para os países do golfo da Guiné que, ao longo dos anos, se tornam os produtores predominantes.

Refere o Dr. Augusto Nascimento – do Instituto de Investigação Científica Tropical – que é aceitável a coincidência entre escravatura e trabalho forçado. A coerção para um ou mais contratos, assim como a sonegação da repatriação e a usura de braços em especial no que toca à extracção de trabalho, com redução da capacidade de determinação da sua vida, são modalidades de escravatura ou de trabalho forçado ou compelido.

No que respeita a S. Tomé isto é válido para analisar o que se refere como contrato. Com base na repatriação, até meados do séc. XIX, a situação dos trabalhadores aproximava-se da dos escravos.

Posteriormente a situação foi melhorando e o trabalho, embora árduo, tinha uma recompensa incomparavelmente mais justa do que a praticada após a independência.

Devem ser lembrados alguns notáveis nascidos em S. Tomé. Em 1868 nasceu José Viana da Motta, pianista de renome internacional, professor no Conservatório de Genebra durante a Grande Guerra e posteriormente director do Conservatório Nacional em Lisboa onde foi mestre de várias gerações de pianistas. Seu Pai era farmacêutico e sua Mãe era uma próxima familiar do Barão de Água-Izé.



José Viana da Mota, 1868-1948

Em 1893 nasceu José de Almada Negreiros, celebrado desenhador, pintor, escritor, publicista, romancista, e “tudo” como ele próprio escreveu. Em 1895 nasceu António Júdice Bustorff Silva afamado causídic

co, colecionador de arte, sobejamente conhecido no meio jurídico da nossa capital com valiosos trabalhos

publicados.

Chegado o ano de 1896 desembarca em S. Tomé, para fazer clínica, o dr. António José de Almeida, então com 30 anos, que na metrópole era, como destacado paladino republicano, politicamente perseguido.



António José de Almeida, 1866-1929



José de Almada Negreiros

Provavelmente avençado para as diversas roças ali permaneceu até 1903 conquistando geral estima.

Além de bom clínico tinha um contacto muito humanitário que lhe valeu ter ameihado um bom pé de meia. De regresso a Lisboa instalou o consultório na rua do Ouro e mudou-se pouco depois para a praça Luís de Camões onde praticou, além da clínica geral, a especialidade de “doenças dos países quentes”. Tornou-se querido de larga clientela popular e adquiriu a fama de “médico dos pobres”. Foi durante longos anos sócio desta SGL e também seu presidente de honra como inerência da Chefia do Estado.

Faz parte das minhas recordações de adolescente o que na minha família se contava do meu mais velho tio-avô, de quem ainda muito bem me lembro, falecido aos 94 anos quando do fim da guerra mundial.

Era o almirante José Joaquim Xavier de Brito, major general da Armada e ministro da Marinha já durante a república. Foi engenheiro hidrógrafo e teve um relevante desempenho nos faróis metropolitanos. Quando capitão de mar e guerra tinha sido, entre outras coisas, governador de S. Tomé em 1901--1902. Tal como sucedera antes, e continuou a ser depois, passou o tempo a lidar com sucessivas intrigas e questões levantadas por roceiros, trabalhadores e funcionários.



Pescadores em S. Tomé.

Mas esta situação foi evoluindo, felizmente no bom sentido. Quando há mais de meio século cheguei à baía de Ana Chaves, durante o meu tirocínio de segundo tenente médico embarcado no aviso “Gonçalo Velho”, seguiram-se várias visitas.



O Água Grande em S. Tomé.





As mais notáveis foram à roça Água Izé (designação crioula – água – rio, Izé é um pequeno camarão de água doce cujo tamanho não excede 3 cm) e à roça Rio do Ouro, esta última fundada e desenvolvida pelo Marquês de Vale Flor, sogro dum primo do meu Pai.

Conheci pessoalmente como se processava a vida e o trabalho numa roça, nas suas diversas fases, até ao embarque do cacau para exportação.

De tudo o que mais me impressionou foi, como não podia deixar de ser, a visita ao hospital da roça Rio do Ouro. Fora construído, se me não engano, depois da Grande Guerra, com os mais sofisticados requintes dum estabelecimento



*Hospital Roça Rio do Ouro.*

sanitário com todas as exigências de natureza climática para as regiões tropicais. Além de um pequeno bloco para cirurgia básica abdominal e ortopédica, dispunha ainda de uma instalação rudimentar radiológica e laboratorial. À data era considerada internacionalmente a melhor instalação hospitalar rural tropical com a sua própria farmácia. Nunca mais voltei a ver nada parecido.

Para boa compreensão de tudo o que respeita ao trabalho que envolve o cacau é imprescindível folhear atentamente o exaustivo trabalho de Francisco Mantero: “A Mão-de-Obra em S. Tomé e Príncipe” publicado em 1910, de consulta obrigatória.

Francisco Mantero, sócio fundador desta SGL, nasceu em Lisboa em 1853 e aqui morreu em 1928. Residiu largos anos em S. Tomé e Príncipe onde foi cônsul geral de Espanha. Foi o principal fundador de diversas companhias agrícolas em várias colónias, com especial relevo na produção de cacau. O seu volumoso livro, de mais de 400 páginas, agora mencionado, foi traduzido para espanhol, inglês e francês. Foi um conferencista notável, deixou, entre outros assuntos, vários trabalhos sobre economia colonial e foi ainda protector de diversas obras de beneficência, como por exemplo da Cruz Vermelha Portuguesa. Em reconhecimento dos seus méritos foi agraciado com diversas condecorações sobretudo portuguesas e espanholas.

Não dispensaremos elucidativas referências e mesmo necessárias transcrições de importantes parágrafos da sua valiosa obra, bem como não nos poderemos recusar a fazer nossas, muitas palavras das suas excelentes páginas.

Até ao fim do séc. XVIII, vítima das constantes acometidas de corsários franceses e holandeses, ainda reflexo longínquo do domínio filipino, a economia de S. Tomé era calamitosa.

No séc. XIX o êxodo da corte e a progressiva civilização do Brasil atraíam as atenções dos que, da metrópole, pensavam emigrar. Para S. Tomé seguiam vadios e criminosos com comportamento ocioso e perturbador dos que se ocupavam do comércio e da agricultura. Mesmo assim a situação ia melhorando mas o tratado de 1842 forçado pela Inglaterra, que equiparava o tráfico de escravos à pirataria e que estipulava o direito recíproco de fiscalização de navios suspeitos, veio de novo agravar a situação.

Vem a propósito evocar a génese deste tratado para o que é indispensável o recurso ao texto do Prof. Lopes de Almeida na edição monumental da História de Portugal: A questão da abolição do tráfico dos negros continuava a dominar o espírito do governo português. Os anos de 1837-38 tinham sido em grande parte ocupados nas combinações diplomáticas com a Inglaterra, no sentido de se chegar à realização dum tratado que abolisse o tráfico sem restrições.

O almirante Noronha que se identificara com o pensamento de Sá da Bandeira e a quem foram dadas instruções para celebrar uma convenção com o comandante das forças navais inglesas, dirigia de Luanda em Junho de 1839 uma carta ao seu ministro em que afirmava:

“Vim acabar com o único ramo de comércio que trazia em giro os capitais destes habitantes; fechou assim a alfândega, e conseqüentemente causou um deficit no balanço anual da receita e despesa, que talvez venha a ser quase dois terços da totalidade. O portador e executor de tantas calamidades não pode deixar de ser odiado. Nestas circunstâncias parece-me que é de toda a razão e sã política que saia daqui quanto antes o objecto do primeiro movimento de ódio causado por esta revolução comercial, pois que vindo outro governador já acha os ânimos mais dispostos a acolher e facilitar a execução que tratar de pôr em prática”.

Aquela convenção devia vigorar enquanto se negociasse o tratado e entre as condições propostas havia algumas verdadeiramente vexatórias para a soberania portuguesa. Exigia-se a perpetuidade do tratado, a faculdade dos navios de guerra britânicos perseguirem e destruírem, nos mares africanos, os navios portugueses suspeitos e o direito de exploração das costas dos domínios portugueses até ao ponto que importava violação de território. Sá da Bandeira perante tais exigências do governo britânico rejeitava o projecto do tratado, mas Palmerston apresentava na câmara dos comuns este projecto para a supressão do tráfico português da escravatura.

Tal aprovação deu origem a um protesto solene do ministro português em Londres e do governo português junto das potências signatárias do congresso de Viena. Da parte de Palmerston continuaram as pressões ordenando aos navios britânicos que entrassem nos portos portugueses,





visitassem e apresassem os navios suspeitos de tráfico de negros e os metessem a pique. Tais medidas fizeram erguer em Portugal altos brados de protesto e cólera contra a nação britânica e contra o seu ministro. A queda do ministério de Palmerston e a entrada de Lord Aberdeen para os negócios estrangeiros mudou a atitude inglesa para conosco e possibilitou a negociação do tratado em Julho de 1842 pelo duque de Palmela e o representante inglês em Lisboa.

Este tratado de abolição da escravatura autorizava os navios de ambos os países a visitar os navios suspeitos, com excepção dos navios fundeados nos portos das duas nações e daqueles que andassem ao alcance do tiro das peças dos fortes de terra. Os escravos seriam libertos e os negreiros punidos, mas todos os apresamentos ilegais obrigariam à indemnização dos proprietários. Era declarado nulo o projecto de Palmerston.

Até então os trabalhadores que chegavam às ilhas, segundo os costumes do tempo, eram quase suficientes, mas daí em diante, a pretexto de possíveis transgressões do tratado, as hostilidades dos ingleses contra o engajamento dos trabalhadores e seu transporte foram de tal natureza que os obstáculos à imigração se tornaram insuperáveis, mesmo recrutados nos termos de lei, observadas todas as formalidades, na rigorosa conformidade do tratado, reclamando perante o governo da metrópole e ameaçando de apresamento os navios transportadores.

Pensar-se-ia que assim tudo ficaria resolvido mas tal não sucedeu. Com efeito cerca de 20 anos depois, em Angola, em Dezembro de 1861, o governador geral Calheiros e Menezes relata ao Ministro da Marinha e Ultramar algumas passagens que merecem transcrição:

“Sendo visitado pelo comandante da estação naval inglesa, nesta costa, em companhia do comissário britânico, foi por eles trazida a conversação ao assunto da ida de pretos para S. Tomé, e considerando de importância o que então se disse julgo meu dever comunicá-lo a Vexa”.

“Aqueles funcionários britânicos mostravam desgosto pela ida de pretos para S. Tomé em navios de vela ou em vapores da companhia União Mercantil, sob pretexto de que se poderia ali comerciar na exportação de escravos e empenharam-se comigo para que a fizesse cessar”.

“Mostrei-lhes que esses pretos iam em perfeita conformidade com a lei e em completa harmonia com o tratado de 1842, não obstante repetiram as suas instâncias e como lhes respondesse que o não fazia por me não assistir esse direito, declarou o comandante inglês que ia submeter este assunto à consideração do seu governo. Como é possível que alguma reclamação se faça, exponho o que aqui se passa com relação aos pretos que vão para S. Tomé”.

“Nenhum navio que daqui sai recebe mais de dez escravos ou libertos, levando ao exagero o cumprimento do tratado, onde os libertos nem podiam ser compreendidos”.

“Quanto a pretos livres vão os que tiram passaporte segundo a lei, satisfazendo as condições por mim impostas. Para isso dão um fiador que garante serem os próprios a que se referem os requerimentos para passaporte na qualidade de livres, que são ainda instruídos com um documento da administração do concelho. Por outro lado mando ao governador de S. Tomé a relação nominal dos pretos livres, escravos e libertos embarcados. Por este motivo respondi aos britânicos que, em tais condições, não podia negar passaporte aos súbditos portugueses”.

“Sinto ver a insistência que os ingleses empregam para obter que não vão colonos pretos para S. Tomé, parece que não é o sentimento de humanidade que a promove”.

“Não direi que os ingleses queiram obstar à prosperidade de S. Tomé mas não é justo subscrever as suas exigências com ofensa à lei geral, aos direitos individuais e aos interesses do país”.

“Para que VExa avalie os sacrifícios a que a urgência de braços obriga os proprietários de S. Tomé cumpre dizer que engajam onerosamente gente livre e dão aos escravos liberdade para que contratem trabalho com quem o remunerem melhor. Tais esforços devem pois ser auxiliados”.

“Tenho exposto a VExa o que julgo suficiente para esclarecer o governo de Sua Magestade sobre tão importante assunto”.

“Acrescentarei que não obstarei à ida de pretos livres para S. Tomé porque seria contra os interesses do país”. A pressão das exigências inglesas começava a impedir completamente a entrada dos emigrantes de Angola em S. Tomé. Em 1863 o ministro da Marinha Mendes Leal escreveu o seguinte ao seu colega dos Estrangeiros: “Temos pago com os mais custosos sacrifícios o nosso respeito ao tratado de 1842. É indispensável que este tratado se não torne um instrumento de intolerável compressão ao nosso desenvolvimento e à colonização livre, de modo que nos seja lícito, como às mais nações, obter braços onde a natural riqueza os esteja pedindo”.

“Se estas justas representações não são atendidas, se as vexações continuam, entendo que devemos apresentá-las à opinião da Europa que decidirá de que lado está a razão. A própria Inglaterra se indignará dos muitos actos praticados com abuso do seu nome”.

Em nome da liberdade e da humanidade sufocava-se o desenvolvimento duma colónia portuguesa cuja prosperidade dependia da emigração de uma outra nossa colónia. Tanto as autoridades de Angola como os proprietários de S. Tomé se esforçavam por cumprir todos os preceitos, formalidades e garantias levando até ao exagero o cumprimento do tratado 1842.

Muitos proprietários ofereciam aos trabalhadores condições ainda mais livres do que aquelas que as leis impunham. Chegaram a engajar onerosamente gente livre ou a resgatar libertos, todos com liberdade de contratação. Pois apesar de tudo, durante anos, foram impotentes todos os esforços contra as exigências inglesas.



Raparigas de S. Tomé que trabalhavam nas roças de cacau.



Não desanimaram os colonizadores portugueses e continuaram com rara energia a resistir obstinadamente triunfando por fim destes rudes obstáculos.

ções foi feita completa justiça ao nosso regime modelar de trabalho agrário e à completa liberdade e bem-estar de que gozam os nossos trabalhadores africanos. O próprio William

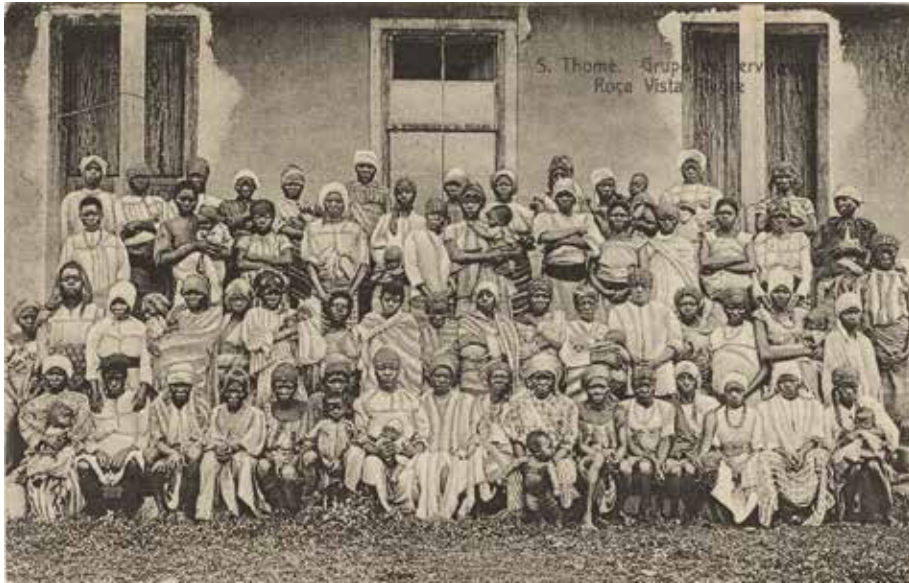
Cadbury não desdenhou ser hóspede dum dos roceiros, que depois presenteou com excelentes chocolates da sua manufatura de Birmingham, e a quem escreveu uma cordial carta de agradecimento. Numa outra carta não deixa de mencionar que terá muito que dizer do bom tratamento que os serviçais recebem em muitas outras roças, bem como ver estabelecido um bom sistema de repatriação e ainda os esforços para lhes proporcionar os benefícios da religião que muito aumentarão a sua felicidade.

Não deixou, porém, de continuar a manifestar-se, sempre que teve ocasião, embora sob outros aspectos, a hostilidade inglesa. Sendo sempre o principal problema agrícola de S. Tomé a mão-de-obra para o amanhã das suas terras, logo que a abolição do trabalho forçado abriu as portas a todas as imigrações, procuraram os agricultores obter esses indispensáveis auxiliares em diversos pontos de África, entre eles na República da Libéria e em Acrá, onde contrataram uns 2500 trabalhadores, nos anos de 1875 e 1876, que foram transportados para S. Tomé nos vapores da companhia inglesa que fazia o serviço da costa ocidental de África, mas mal a corrente migratória se começou a firmar, pelas boas notícias que, do tratamento recebido em S. Tomé e Príncipe, levaram às suas terras os primeiros trabalhadores regressados à pátria, a companhia inglesa de navegação recusava receber e transportar novos emigrantes, constando que essa resolução era tomada sob a pressão dos carregadores ingleses que ameaçaram, dizia-se então, não mais embarcar as suas mercadorias naqueles vapores se não suspendessem o transporte de trabalhadores para a nossa colónia.

Para obviar a este novo embaraço, e não havendo navegação nossa para a Libéria, resolveram os agricultores

de S. Tomé estabelecer comunicações com a mesma costa por meio dum navio de vela e nesse intuito fretaram o brigue Ovarense, propriedade dos conhecidos armadores de Lisboa Fernando de Oliveira Belo e Manuel Rodrigues Formigal.

Realizado o contrato de fretamento, preparado o navio para receber passageiros, inspeccionado pelas autoridades sanitárias e marítimas e prestada a respectiva fiança, tudo nos termos regulamentares, o comandante obteve alvará do governador da província autorizando-o a ir à Libéria e Serra Leoa receber até 400 trabalhadores para os trazer a S. Tomé.



Pessoal da Roça Vista Alegre.



Bilhte Postal enviado para o Director do Instituto de Missões Coloniais de Sernache do Bonjardim, por Álvaro Caetano de Oliveira, chefe da Missão Laica Cândido dos Reis, que saindo de Lisboa a 7 de Abril de 1920 se dirigia para Angola, tendo feito escala em S. Tomé.

Foi em Inglaterra que fomos insultados e difamados com os epítetos de desumanos ou esclavagistas e são ingleses os únicos estrangeiros que assim nos tratam com todo o esforço do seu poder. Mas nem todos foram detractores da nossa colonização, na sua imprensa algumas vezes autorizadas se levantaram para estigmatizar os nossos acusadores e nos render a justiça que nos é devida.

Exploradores estrangeiros, viajantes e homens de ciência franceses e alemães viveram em comum com os nossos roceiros com perfeito conhecimento de causa. De todos merecemos as mais afectuosas referências, nas suas narra-





Pessoal, dirigindo-se para S. Tomé, para ir trabalhar nas roças.



Mulheres lavando a roupa no Água-Grande.

A bordo embarcou o agente contratador, Francisco Ferreira de Moraes, um enfermeiro do hospital militar de S. Tomé e o cônsul geral da Libéria, que desejou acompanhar de perto os contratos feitos no seu país.

Preenchidas todas as formalidades da lei e levando como suplemento de garantias as personalidades oficiais que tanto deviam acompanhar o barco na ida como os trabalhadores no regresso, saiu o Ovarense de S. Tomé em 26 de Setembro de 1874 com rumo à Libéria para deixar passageiros e o agente contratador Moraes, que ali ficava a preparar

os contratos com os emigrantes, enquanto o comandante se dirigia com o navio ao porto de Serra Leoa, capital da vizinha colónia inglesa de Senegâmbia para aí, sob as vistas das autoridades inglesas, fazer aguada e preparar o navio para receber os emigrantes e também para comunicar às mesmas autoridades a comissão que ia desempenhar e apresentar as autorizações legais portuguesas de que estava munido.

A resposta daquelas autoridades inglesas ao acto de deferência e boa fé do comandante foi aprisionarem o navio na própria baía de Serra Leoa como suspeito de tráfico de escravatura!

De nada serviram os documentos exibidos a bordo, o navio ficou apreendido e foi-lhe instaurado um processo que foi julgado aos 9 de Novembro de 1877, em primeira instância, um ano depois do apresamento, mas que só terminou em 9 de Agosto de 1880 pela sentença do tribunal de Londres que, em recurso, regulou as indemnizações e absolveu o navio. Foram condenadas as autoridades que o tinham apresado. A colónia onde o violento arbítrio fora cometido foi condenada a pagar aos armadores Belo e Formigal £8000, aos donos da carga £1000 e ainda as custas do processo que andariam por outras £1000. No entanto o golpe vibrado na emigração para S. Tomé foi de efeito decisivo e isso era o que se visava.

Após a captura do Ovarense acabou a corrente de emigração da Libéria



Mulheres lavando a roupa no Água-Porco.





para S. Tomé. Depois disso no decorrer dos tempos apenas tem havido, excepcionalmente, uma ou outra introdução desses excelentes trabalhadores que, no entanto, há já anos cessou por completo.

Nos últimos tempos a hostilidade inglesa tem-se manifestado em campanhas de imprensa e em comícios, pertencendo a triste honra de nos difamar, perante o público, às sociedades inglesas que se dizem protectoras dos aborígenes de África. Por último, desde que iniciámos a emigração de trabalhadores da nossa província de Moçambique, não há calúnia com que os interessados na emigração para o Transvaal não tenham procurado transtornar a cabeça dos pretos moçambicanos para que não vão para S. Tomé, pré-gando-lhes toda a casta de horrores, desde a eterna cantilena da escravidão e do espantinho dos mares procelosos e encapelados a percorrer, onde os navios são engolidos com tudo e todos quantos neles embarquem, até às mutilações que transformariam em desnarigados, desorelhados, coxos e mancos, os ingénuos que se arriscassem a ir para S. Tomé.

Até à actualidade, desde que se iniciaram e desenvolveram modernos trabalhos, têm sido sempre ingleses os que no uso de diferentes formas de pressão têm dificultado a marcha progressiva da colónia, têm sido vencidos pela pertinácia dos colonos portugueses, mas, apesar disso, teimosos como são, não desistem nem perdem nunca a esperança de anular o nosso esforço que só se apoia no direito e na justiça.

Os pretos que dali emigram pertencem a tribos diferentes, às vezes nómadas, falam dialectos diversos, em regra ignoram onde fica a sua terra natal e quando o sabem fingem ignorá-lo com receio de que os obriguem a voltar para lá.

É em S. Tomé que se relacionam e acasalam homens e mulheres de países diversos, onde aprendem a língua comum em que de futuro se não-de entender eles e os filhos e que é o português. Há pois três pátrias na família: a do marido e a da mulher, em geral ignoradas, e a dos filhos que é S. Tomé.

Para qual das duas primeiras operar a repatriação se ambas se ignoram? Mas, mesmo sabendo quais sejam, serão realmente repatriados, indo o homem para a tribo donde provém a mulher, ou indo esta para a tribo donde procede o homem? Será bem recebido, em determinada tribo, aquele que pertence a outra, ou devem separar-se indo cada um para sua terra? E os filhos repartem-se entre o pai e a mãe? Esses novos entes, que nasceram e cresceram num país livre e num meio relativamente civilizado, sendo tratados com carinhoso afecto pelos pais e pelos fazendeiros, encontrarão nos países selvagens, que foram berço de seus pais, o mesmo bem-estar que gozavam na sua terra natal?

Será humanitário ou equitativo obrigar criaturas que durante cinco anos usufruíram os benefícios da liberdade e duma civilização relativa, sob a égide de leis justas e sob a protecção de autoridades civilizadas, a voltarem à barbárie, entregando-as ao domínio e ao jugo de régulos despóticos,

espoliadores dos bens adquiridos pelo trabalho honesto, economizados durante anos e a sacrificarem seus filhos, arrastando-os a idênticos perigos?

A resposta é clara, tal acto não seria digno nem humanitário e como o preto de Angola não quer voluntariamente regressar ao estado primitivo ninguém tem o direito de lho impor. Interrogado o sr. Cadbury: Se um serviçal que recebesse esses benefícios e acabado o seu contrato quisesse ficar em S. Tomé deveria ser obrigado a voltar para Angola, respondeu que pretender semelhante acto, em tais circunstâncias, seria absurdo.

Mas se essa imposição fosse feita por lei, como parece que se pretende, o agricultor de S. Tomé veria desde logo dobrada a sua principal verba de despesa, a caríssima introdução de trabalhadores.

Repetida periodicamente a operação, o novo ónus assim criado aumentaria consideravelmente o preço actual da produção de cacau. Ora isto é o que, acima de tudo, interessaria à defesa das plantações da Costa do Ouro, colónia inglesa produtora de mais de 40 mil toneladas de cacau e apta para produzir muito mais.

Nestas circunstâncias é lícito crer que os fabricantes boicotadores do cacau português, insistindo na repatriação forçada dos nossos trabalhadores, pensariam ter resolvido o ponto culminante da campanha contra nós.



Vista do mercado em S. Tomé.

Sem dúvida os agricultores estão longe de ser os tiranos escravizadores de pretos a que aludem cronistas ingleses. Não ignoram os nossos detractores, visto que dizem ter estudado e conhecer bem o assunto, que os pretos angolanos que se não repatriam provêm em geral de regiões do hinterland angolano, onde ainda não existe ocupação europeia permanente e onde a vida e os bens dos que ali residem estão à mercê dos caprichos e ambições de chefes indígenas selvagens.



O nosso sacrifício asseguraria a supremacia económica perpétua à produção da Costa do Ouro, passando por cima do código fundamental da nação portuguesa, cometer a iniquidade de obrigar homens livres a saírem de S. Tomé contra sua vontade e a regressarem à selvajaria da sua vida anterior. Admirável combinação para resolver dificuldades a contento dos interesses ingleses. A produção da Costa do Ouro desenvolveu-se na tribo Ashanti sendo comercializada pelos ingleses. Mais tarde os Baulés, derivados dos Ashantis, instalaram-se na Costa do Marfim e tornaram-se os maiores produtores mundiais. Esta extensa agricultura não foi limitada pelo espaço nem pela mão de obra porque se estabeleceu um autêntico tráfego humano entre o norte e o sul da África ocidental

Quando pensamos que a concorrência das 30 mil toneladas de cacau que S. Tomé produz não pode ser facilmente aceite perante as largas dezenas de milhar de toneladas exportadas pelas colónias inglesas africanas e das Antilhas, e quando olhamos para a função que o evangelismo desempenha nas nossas colónias africanas em detrimento do nosso crédito e domínio, é lícito pensar que às colónias inglesas convém o descrédito do nosso cacau para afastar do mercado um concorrente importuno e criar-nos dificuldades que impeçam o alargamento da nossa produção e provoquem o encarecimento da nossa mão de obra

Se nos cabe o dever de não nos suicidarmos para que vivam na opulência os ingleses plantadores de cacau, também não temos o direito de fazer o jogo de tais interesses contra o consumidor mundial de tão necessária mercadoria nem de levantar dificuldades à livre concorrência contribuindo para qualquer tipo de monopólio.

No formidável embate das ambições, dos interesses e das paixões humanas, se muitas vezes a riqueza, a audácia e o poder, suplantando o direito, a razão e a justiça, alcançam uma injusta vitória, outras há, e não poucas a história regista, em que é a pobreza, fraca e desprotegida, mas enérgica, firme no seu direito e na sua justiça que sai vencedora da contenda.

Não provocamos ninguém e com ninguém desejamos conflitos. Somos um país ordeiro, trabalhador e honrado, que procura cumprir o dever natural e social imposto à humanidade, de prover à sua subsistência e ao seu aperfeiçoamento físico, moral e intelectual, pelo próprio esforço, respeitando os direitos e a honra dos outros povos, sem prejudicar ninguém, sem ódio ou inveja dos que são mais ricos ou mais poderosos.

Esta forma de proceder dá-nos direito à reciprocidade por parte dos povos com os quais o nosso país mantém correctas e amistosas relações.

Não mendigamos, pois, um favor, invocando esse direito e estamos convencidos de que o nosso apelo há-de encontrar eco simpático em todos os povos cultos, para quem a razão não é um valor negativo, o direito não é uma fórmula vã e a justiça não é um mito.

Não quero terminar sem uma palavra de esperança e assim deixo exarados os meus muito cordiais votos para que a laboriosa população de S. Tomé, com o seu esforçado e bem orientado trabalho, continue a fruir de todo o bem-estar e prosperidade que merece, conquanto seja travada a desmedida ambição de realizar dinheiro fácil com o derrube das centenárias árvores sombra para venda de madeiras exóticas e conseqüente aniquilação das galinhas dos ovos de ouro.

## Biografia do Dr. João Pedro Xavier de Brito

- Médico aos 22 anos
- Interno dos Hospitais Cívicos de Lisboa
- Médico da Armada
- Curso de Física Nuclear para Médicos
- Vogal da Direcção da Juventude Musical Portuguesa
- Residente do Mount Sinai Hospital em Minneapolis EUA
- Chefe do Serviço de Gastrenterologia do Hospital da Marinha
- Vogal da Direcção da Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia
- Curso Naval de Guerra
- Capitão Tenente Médico Naval
- Director do Serviço de Gastrenterologia do Hospital Egas Moniz
- Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Médicos
- Comendador da Ordem do Papa S. Silvestre
- Conselheiro Municipal de Lisboa
- Presidente da Direcção dos "Amigos de Lisboa"
- Vogal da Comissão Municipal de Toponímia da C. M. de Lisboa
- Presidente da Secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia de Lisboa
- Vice-Secretário da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa
- Membro da Academia de Marinha
- Membro da Sociedade Histórica e da Independência de Portugal



# Do Mapa Cor de Rosa ao Ultimatum Britânico\*



## PROFESSOR RUI COSTA PINTO

**A**ventureiros, missionários, comerciantes, militares, degredados e naturais realizam as aspirações da coroa e delimitam os primeiros traços de fronteira no território. Entre 1511 e 1513, António Fernandes, em troca de perdão realiza ao serviço da coroa duas viagens onde sobe o Zambeze e se dirige à corte do Monomotapa. Aí obtém o respeito entre os chefes locais e recebe preciosas informações acerca da navegação nos rios, feiras e comércio local.



Outros o seguiram como Baltazar Gramacho, António Caiado e o mártir Pe. Gonçalo da Silveira.

À semelhança do que havia acontecido com as minas de prata no México, também os portugueses esperavam encontrar prata no Zambeze e Cambambe.

Entre 1569 e 1572 Francisco Barreto conduz cerca de mil homens numa importante missão ao Monomotapa. Todavia, o clima e a malária acabam por dizimar grande parte do seu exército. Este, num acesso de raiva responsabiliza os locais islamizados pela tragédia e ordena o seu massacre.

\* "Excerto de texto a publicar pela Sociedade de Geografia de Lisboa, no âmbito Ciclo de Conferências "A República e o Ultramar Português: 1910-1926" para as Comemorações do Centenário da Republica.

Por ironia do destino também ele viria a adoecer e a morrer tal e qual os seus homens.

Substituído por Vasco Fernandes Homem, que já o acompanhara na malograda expedição, penetra algures no sertão e chega a Manica onde sobe o Zambeze e segue para Sena.

Estas incursões no terreno permitiam o conhecimento gradual desta área geográfica, abrindo aos cartógrafos novas perspectivas.

O papel das feiras foi decisivo na circulação de bens e pessoas, já para não falar da implementação de um sistema de trocas que viria a beneficiar o regime de monopólio dos capitães.

No "Sumário e Descrição do Reino de Angola" de 1592, Domingos de Abreu e Brito calcula a distância de 405 léguas entre Luanda e a ilha de Moçambique (quando na verdade era de 495 léguas), de que ainda faltariam percorrer 100 léguas desde o Alto Lucala até ao Monomotapa.

Em 1607, o governador angolano Manuel Pereira Forjaz atribui a missão de atingir o Monomotapa ao intrépido capitão Baltazar Rebelo de Aragão que já havia acompanhado







D. Francisco de Almeida em viagem a Angola. Este penetra no terreno cerca de 133 léguas e não de 140 léguas, contrariamente ao que tinha sido afirmado, mostrando estar já muito perto do Monomotapa.

Luís Mendes de Vasconcelos antes de tomar posse como novo governador angolano propõe a criação de um vice-reino que ligaria Angola a Moçambique. Para o efeito dispõe-se a conquistar o Monomotapa, partindo de Angola.



Augusto Cardoso

Dominicanos e Jesuítas envolvidos no plano evangelizador da Santa Sé deixam obra escrita, como foi o caso de Frei João dos Santos, Pe. António Gomes, Pe. Manuel Godinho, Pe. Manuel Barreto, Sisnando Dias Baião e António Lobo da Silva.

Após o movimento restauracionista nas conquistas ultramarinas, um antigo piloto das naus da Índia e soldado de Angola apresenta, em 1646, um

plano de travessia que consistia no envio de duas mil praças oriundas do Brasil com destino a África, com o objectivo de atingirem Uropande.

José Pinto Pereira, em 1656, enquanto capitão-mor dos rios de Cuama, referencia a feira de Uropande a 50 léguas do Cabo Negro ao sul de Angola<sup>1</sup>. Todavia o atlas de João Teixeira Albernaz, de 1630, marca essa mesma distância em 80 léguas.

Confiante na proximidade de Angola, José Pinto Pereira e Salvador Correia de Sá e Benevides estudam a fixação no Zambeze de 500 casais de colonos, provenientes das ilhas junto à costa (Luabo e Querimbas) e de 400 soldados.

Não existe qualquer dúvida de que o plano era arrojado para não dizer impossível, numa região tão deficitária de homens, mesmo que para isso se recorresse à cafraria.

O certo é que o velho conselheiro não desiste justificando a sua posição com as minas de ouro e prata que, segundo ele, estavam ainda por descobrir no sertão africano.

Na sequência dos acontecimentos, o Conselho Ultramarino propõe ao rei que em havendo o cabedal necessário a tal empresa, se preparassem três embarcações, cada uma com 200 casais de voluntários a bordo vindos das regiões de Entre Douro e Minho e Ilhas para o povoamento dos rios. E que de Angola partissem de encontro às primeiras, duas outras embarcações com 400 infantes e naturais para as nascentes do Zambeze. Na viagem de regresso a expedição, acrescida de 50 cavaleiros, procuraria construir, no decurso do caminho, vários fortes.<sup>2</sup>

Para chefiar a expedição o Conselho Ultramarino escolhe André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, famoso no combate contra os holandeses que tinha acumulado diversos cargos de governação: Maranhão (1656-1666) Pernambuco (1657-1661 e 1667) e Angola (1661-1666). É essa a razão que leva o rei a não prescindir dos seus serviços e a substituí-lo por José Pinto Pereira.

O financiamento da expedição era calculado em cerca de 100 cruzados a serem adquiridos, em todo ou em parte, quer através de capital régio quer por intermédio de capital privado.

D. João IV morre antes de se pôr em prática o projecto, o que terá levado sem grande margem para dúvidas à interrupção do mesmo. Em 1661, António Alvares Pereira, capitão de Dambarare, escreve ao rei informando-o de que a distância a percorrer até atingir Angola não ultrapassava as 100 léguas. Pelo menos eram essas as informações de que dispunha, prestadas por naturais, viajantes e pilotos.

Manuel César Pereira, no seu *Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa*, diz que "...pellas noticias que se tem alcançado e alguns indícios e a altura se tem por certo não estar muito longe aquella nossa conquista de Angola, e que será fácil unir-se o que até agora não se há conseguido por ser a gente barbara e que não se comunica de huns lugares a outros, mas a experiência que tem facilitado em occasioens de perdas de nossas naus outros caminhos que parecião impossíveis usando por terra do instrumento do astrolábio, e carta de marear, nos assegura que poderá conseguir-se o mesmo em estas partes".<sup>3</sup>



<sup>1</sup> A.H.U., Moçambique, Caixa 2, in PINTO, Rui Miguel da Costa, Sobre a Presença dos Portugueses na Costa Oriental Africana (1640-1668), Vol. III, Lisboa, Faculdade de Leiras de Lisboa, 1994, pp. 354-356.

<sup>2</sup> A.H.U., Moçambique, Caixa 2, in PINTO, Rui Miguel da Costa, Op. Cit., pp. 357-360 e 365-368.

<sup>3</sup> PEREIRA, Manuel César "Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa", in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 8a série, nos 9-10, 1888-1889, p. 540.



Em 1663, o padre Manuel Godinho dá conta do caminho que ainda faltava percorrer para chegar à Índia partindo de Angola. Segundo este, tornava-se indispensável atingir o lago Niassa que ficava a uma distância de menos de 250 léguas de Angola, para em seguida proceder à descida dos rios com destino a Sena e Tete. A partir daqui seria fácil, bastando que para tal se deslocassem a Quelimane e daí tomassem a direcção da ilha de Moçambique, por mar ou por terra.

Em 1665, o capitão-mor de Benguela José da Rosa tenta encontrar, embora sem êxito, a foz e grande parte do rio Cunene que erroneamente acreditava ser a extensão e o prolongamento do rio Zambeze. Anos mais tarde procura completar a travessia saindo de Massangano, mas é impedido pelos sobas de prosseguir a viagem.<sup>4</sup>

## TENTATIVAS NO SÉC. XVIII

Entre 1666 e 1667, o governador angolano Tristão da Cunha procura obter notícias dos rios de Cuama, e envia Cosme de Carvalho (capitão-mor de Ambaca) e Manuel Rebelo de Brito. No séc. XVIII, o geógrafo francês ao serviço de D. João V, Bourguignon d'Anville, convencido da facilidade da travessia do continente defende a partida de dois grupos, em simultâneo, de Angola e Moçambique, de forma a se encontrarem.

O governador angolano D. António Alvares da Cunha quis subir o Cuanza e seguir para o rio Cuanango, mas os riscos eram demasiado elevados por pôr

em perigo a vida do sertanejo Manuel Correia Leitão<sup>5</sup> que consegue, no entanto, registar em comum com o piloto António Francisco Grizante, dados que permitiam agora orientar futuras expedições a partir do Sul.

Um dos homens que mais insistiu no projecto de travessia foi o governador de Angola D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, que teve o apoio dos sertanejos. A morte impediu-o de concluir a sua obra.

Em 1787, o Barão de Moçâmedes aposta na continuação das viagens para sul, à semelhança dos seus antecessores.

Alguns, como é o caso de Brant Pontes defendem que a travessia se devia executar, não por via militar, mas por via da exploração comercial.



Pombeiros de Angola e Musambazes da costa oriental<sup>6</sup> têm importante papel no avanço dos portugueses no terreno.

Em 1797, o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho encarrega o recém-nomeado capitão de Sena, Francisco José de Lacerda e Almeida, de recolher o maior número possível de informações que levassem os portugueses a completar a travessia.

Silva Porto, com a ajuda dos pombeiros,<sup>7</sup> viria a protagonizar a terceira viagem para a costa oriental africana. Aqui contacta pela primeira vez com Livingstone o qual põe em causa os seus limitados conhecimentos científicos.

Responde-lhe Silva Porto em 1868, em trabalho encontrado no seu espólio publicado após a sua morte pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1891.



Silva Porto



Barão de Moçâmedes

*“O reverendo dr. David Livingstone mereceu, sem duvida, a corôa que seus concidadãos lhe votaram pelos serviços prestados n'estas partes de Africa; no entanto, força é confessal-o, ella foi desfeita pelo illustre viajante, visto havel-a manchado com a peçonha da calumnia.*

*Quiz chegar aos fins importando-se pouco com os meios.*

*Em abril ou maio de 1853, no dia em que teve noticias minhas, um raio que lhe cahisse proximo não causaria a impressão que lhe produziu semelhante nova, porque, necessariamente havia de comprehender que, mais cedo ou tarde, teria de se achar em face de um competidor, obscuro pelo seu fraco talento, sim, mas testemunho vivo de prioridade nos mesmos logares em que o dr. se julgava com direito a chamar-se o primeiro europeu que os visitou. Ella não me pertence inteiramente, é certo, visto que outras pessoas percorreram esses mesmos logares antes de mim e muito antes do illustre viajante, mas pertence-me de facto, pois que essas pessoas eram enviadas por mim, existiam, e existem ainda, presentemente, no maior numero, ao meu serviço: umas naturaes de Loanda, outras de Golungo-alto, outras de Ambaca, outras de Pungo-andongo, outras, finalmente, do Bihé.*

<sup>4</sup> Só em 1754 é que Fernando Leal, governador de Moçâmedes descobre a foz do rio Cunene.

<sup>5</sup> O Jaga Caçange que controlava o rio Cuanango.

<sup>6</sup> Negros ao serviço dos portugueses.

<sup>7</sup> A primeira viagem realizou-se entre 1802-1811, com os pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José.





*O illustre auctor do Exame não tem porventura provado até á evidencia que ella pertence desde epocha remota aos portuguezes?”<sup>8</sup>*

Com o apoio do caminho-de-ferro e sob a direcção de Andrade Corvo, ministro do Ultramar, planos de desenvolvimento do corredor africano são estudados e preparados cuidadosamente promovendo-se um conjunto de expedições que marcariam decididamente a futura postura política face ao continente africano.

## SÉC. XIX: AS VIAGENS DE CAPELO E IVENS



*Brito Capelo e Roberto Ivens*

Após as viagens de exploração entre Angola e Moçambique por Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens, de 1877 a 1880, a Sociedade de Geographia de Lisboa publica um mapa onde grande parte de África Central aparece agora sob domínio português abrindo inclusive uma subscrição pública para o estabelecimento de *estações civilizadoras* ao longo do território africano. Projecto cujo governo português não viria a apoiar publica-

mente.

*“A Comissão Nacional Portuguesa de exploração e civilização d’Africa, da Sociedade de Geographia de Lisboa, abre uma subscrição permanente, cujo producto constituirá um *Fundo africano*, destinado a auxiliar a exploração scientifica, commercial e agrícola da Africa equatorial e austral, de Angola a Moçambique, a promover a educação moral e religiosa, e a desenvolver o habito do trabalho nas raças indígenas d’aquellas vastas regiões, procurando principalmente alcançar estes resultados pelo estabelecimento de estações civilizadoras.*

§ único. Quando á mesma Comissão pareça opportuno poderá esta acção civilizadora estender-se a outros pontos do domínio portuguez em Africa.”<sup>9</sup>

Henrique Augusto Dias de Carvalho durante a sua campanha (apoiada pelo governo português, e pela Sociedade de Geographia de Lisboa) à região da Luanda<sup>10</sup>, no Leste de



*Henrique de Carvalho*

Angola, entre 1884 e 1888, edificou *estações civilizadoras*, e a Congregação do Espírito Santo criou missões católicas junto do litoral, encetando alguma penetração no seu interior.

Henrique de Carvalho não conseguiu que houvesse uma ocupação efectiva com o objectivo de definir a fronteira nordeste de Angola, por falta de apoio quer do governo da metrópole quer do da colónia. Defendia o caminho-de-ferro de Ambaca

até Malanje e a navegação no Cuango.

“O que a Congregação do Espírito Santo iria propor ao governo português e que começava a ser compreendido pelos “africanistas” era que, através das missões, se podia colonizar a África com africanos e dar-lhe a mesma validade, a nível do direito internacional, que auferiam os estabelecimentos europeus. Esta foi a grande proposta inovadora que viria permitir uma conciliação de interesses, sem necessidade de cedências, quer da



*Roberto Ivens*



<sup>8</sup> PORTO, António Francisco Ferreira da Silva, Silva Porto e Livingstone. Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espólio, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, p. 7.

<sup>9</sup> Ao povo portuguez em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da Patria : a comissão do fundo africano creada pela Sociedade de Geographia de Lisboa para promover uma subscrição nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio portuguez em Africa, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 16.

<sup>10</sup> Ver CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, Ethnographia e historia tradicional dos povos da Luanda, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.





parte da Igreja quer da parte do Estado.”<sup>11</sup>

A segunda expedição de Capelo e Ivens (1884-85), desta vez promovida pelo próprio Governo e pela Sociedade de Geografia de Lisboa leva-os a completar a travessia, o mais rapidamente possível, pelo receio que outras potências europeias reclamassem o território que mediava as duas costas. Quase em simultâneo, o major Serpa Pinto e o guarda-marinha Augusto Cardoso avançam em direcção ao Norte de Moçambique.

A luta diplomática iniciava-se pela posse da terra. Britânicos e alemães reclamavam a sua fatia do bolo baseados em pressupostos considerados inaceitáveis para Portugal.

Quando em 1870 se julgava desaparecido Livingstone, o jornalista americano Stanley encontra-o e divulga os resultados das expedições do missionário britânico, de tal forma que o “New York Herald” e o “Daily Telegraph” entusiasmados pelos resultados financiam o mesmo para se deslocar a África em 1874.

Os belgas entram na corrida, quando Leopoldo II, em face do crescimento demográfico do seu país, resolve disputar os mercados africanos, chegando a convocar uma Conferência Internacional de Geografia em 1876 sem que Portugal fosse convidado, que deu origem à *Associação Internacional Africana*, supostamente uma agremiação de carácter científico e humanitário com o fim de fomentar a exploração e a civilização da África Central mas que na prática tinha também objectivos políticos. Chama a si o jornalista americano Stanley para dar visibilidade à causa da *Associação Internacional do Congo*.

“O rei Leopoldo surgiu como uma espécie de árbitro na cobiça e na rivalidade das grandes potên-



cias e na Bélgica como um competidor inofensivo mas útil entre a Inglaterra, a Alemanha e a França.”<sup>12</sup>

França envia o Conde Savorgnan de Brazza, em viagem de exploração à costa ocidental africana.

Os alemães pareciam agora dispostos a entrar na corrida com o lançamento de uma conferência em Berlim, onde o princípio da ocupação efectiva do litoral do continente africano se sobrepôs aos direitos históricos, tão incansavelmente defendidos

pelo Governo português, apesar da teimosia britânica para que o pressuposto fosse extensível a todo o continente.<sup>13</sup>

Organizada pelo “chanceler de ferro” Otto von Bismarck, os trabalhos estenderam-se entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 com a presença de catorze países, entre os quais Portugal — representado por Luciano Cordeiro, António Serpa Pimentel e António José da Serra Gomes (Marquês de Penafiel). Acompanharam ainda esta missão Carlos Roma do Bocage (adido militar), José P. Ferreira Felício (adido) e Manuel M. de Sousa Coutinho (segundo secretário).

Era muito difícil a Portugal, em período de crise financeira e num curto espaço de tempo colocar militares e uma rede



Leopoldo II



<sup>11</sup> Ver SANTOS, Maria Emília Madeira e TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, *Missões Religiosas e Poder Colonial no Século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993.

<sup>12</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *Historia de Portugal Das Revoluções aos Nossos Dias*, Volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 219-229.

<sup>13</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano “O Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890”, in, *Análise Social*, nº 98, Lisboa, 1987, p. 692.



de funcionários administrativos em todas as possessões sob a nossa soberania.

“Antes da Conferência de Berlim, a presença portuguesa nas colónias oriental e ocidental limitava-se à administração e ocupação de áreas estratégicas ao longo da costa e de pouca profundidade para o interior. (...) a situação deficitária e política não permitiu dispensar os meios para uma mais larga colonização efectiva, em particular da vasta área entre Angola e Moçambique que havia sido objecto apenas de viagens de exploração. Amputado o império, a burguesia saída da Revolução de 1822 continuou a tirar proveito dos negócios brasileiros e viraram-se as costas a África. (...) Em Angola e Moçambique, por sua vez, a população branca não ultrapassaria 25 mil pessoas.”<sup>14</sup>

Apesar da fundação da Empresa Nacional de Navegação em 1881 para operar regularmente entre Lisboa e Moçâmedes<sup>15</sup>, da ligação por cabo submarino de todas as colónias a Lisboa, da abertura de estradas para o interior, do desenvolvimento do caminho-de-ferro entre Lourenço Marques e a fronteira com o Transvaal (tinha-se chegado à fronteira de Ressano Garcia) e do começo dos trabalhos da Beira para a ex Rodésia bem como de Luanda para o interior, isto não será o suficiente para convencer as potências rivais.

As Sociedades de Geografias europeias acolhiam com grande pompa os seus exploradores recompensando-os com homenagens e condecorações. Assim se justificou, muito pela iniciativa de Luciano Cordeiro a criação em 1875 da Sociedade de Geografia de Lisboa.

## DO TRATADO DO ZAIRE AO ULTIMATUM



beze e afluentes e de comércio livre de impostos no

No Tratado do Zaire, de 26 de Fevereiro de 1884, a Inglaterra reconhece a hegemonia portuguesa na foz do rio Zaire “da costa ocidental africana entre 5º 12’ e 8º de latitude sul e que se prolongava pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais”<sup>16</sup>, retirando, como contrapartidas, a liberdade de comércio e navegação no Zaire, Zam-

reino do Congo, ficando Portugal em desvantagem para poder competir comercialmente. Mas a oposição dos governos francês e alemão, e do rei Leopoldo da Bélgica, pelos interesses que tinham sobre o território impediram a sua concretização. “O acordo encontrava igualmente resistências em Portugal, vindas do nacionalismo imperial, a que neste caso se somavam as das empresas da praça de Lisboa especializadas no comércio com Angola, que viam com maus olhos a baixa nas tarifas alfandegárias coloniais nele estipuladas.”<sup>17</sup>

Para penetrar mais facilmente no mercado os ingleses defendem a causa abolicionista em África.

As potências europeias inglesa, francesa, alemã, holandesa e espanhola e os próprios Estados Unidos descontentes com os resultados protestam exigindo a anulação do tratado por “(...) serem desprezíveis os direitos históricos e antiquíssimos de Portugal naquela área (...)”<sup>18</sup>, e a Inglaterra vê-se obrigada assim a renunciar ao mesmo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, José Vicente Barbosa du Bocage (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa entre 1877-1883<sup>19</sup>), sugeriu ao Governo Inglês a realização de uma Conferência Internacional, visando a resolução do problema.

Contudo a Conferência de Berlim não foi a consequência directa do plano português dum “corredor” africano ou mesmo da questão do Zaire. A conferência pretendia demarcar “a “bacia convencional” do Congo ou Zaire, a estabelecer as regras da concorrência imperialista nessa região, a deliberar sobre a liberdade de navegação no Níger, a estatuir sobre o tráfico de escravos e a fazer uma “declaração que introduz nas relações internacionais regras uniformes relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano”.<sup>20</sup>

Thomas Pakenham considerava que “In the years ahead people would come to believe that this [General] Act [and Conference] had had a decisive effect. It was Berlin that precipitated the Scramble. It was Berlin that set the rules of the game. It was



<sup>14</sup> <http://www.soberaniadopovo.pt/portal/index.php?news=13083>

<sup>15</sup> <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1639>

<sup>16</sup> Tratado do Zaire em Negócios Externos, 1885 — A Questão do Zaire II, p. 183.

<sup>17</sup> ALEXANDRE, Valentim, O Império Africano. Séculos XIX e XX, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000, p.17-18.

<sup>18</sup> A.V., Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1º volume, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1989, p. 33.

<sup>19</sup> AIRES – BARROS, Luís, “Breve evocação dos presidentes da sociedade de geografia de Lisboa: cento e trinta anos ao serviço da nação”, in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 2005, pp. 9-80.

<sup>20</sup> GUIMARÃES, Maria Ângela, Uma Corrente do Colonialismo Português, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 22.





Berlin that carved up Africa. So the myths would run. It was really the other way round. The Scramble had precipitated Berlin. The race to grab a slice of the African cake had started long before the first day of the conference. And none of the thirty-eight clauses of the General Act had any teeth. It had set no rules for dividing, let alone eating, the cake.”<sup>21</sup>

O homem por detrás do projecto era Cecil Rhodes (primeiro-ministro da Colónia do Cabo) que apoiado pela Grã-Bretanha pretendia levar a cabo o projecto megalómano da ligação Cabo-Cairo. Procura por todos os meios impedir as negociações e inviabilizar qualquer acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha, inclusive a venda de espingardas Martini e munições aos régulos matabeles. Era também conhecido por “Colosso de Rhodes” ou “Napoleão do Cabo”, entrando também em conflito com os alemães, holandeses, boers e com Paul Kruger, que foi o fundador e Presidente do Transval que liderava o movimento de resistência ao domínio britânico.



A diplomacia britânica acaba pois por se tornar refém dos interesses económicos da poderosa e majestática “British South African Company” fundada em 1899 por Cecil Rhodes<sup>22</sup> para se opor aos portugueses e alemães. Era-lhe permitido explorar todos os territórios a norte do Transval, com possibilidades de instalar caminhos-de-ferro, telégrafos, manter tribunais e força pública.<sup>23</sup>

A Portugal ser-lhe-iam reconhecidos os territórios da margem esquerda do rio Congo, até Noqui, Cabinda e Mo-



<sup>21</sup> PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa, 1876-1912*, s.e., Londres, Abacus, 1992, p. 254. In “A Questão Colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975” in ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 137-165.

<sup>22</sup> A 15 de Outubro de 1889 recebe os privilégios majestáticos da coroa britânica que lhe possibilitava exercer a superintendência administrativa sobre os territórios, cobrando impostos, assegurando o policiamento mas também criar forças militarizadas e justiça privadas. O pendão da companhia mais parecia uma bandeira nacional.

<sup>23</sup> GAIVÃO, António Mascarenhas, *Gazeta d’Orey*, Apêndice, nº21, Dezembro, 2009 [http://www.dorey.pt/gazetas/apend\\_gazeta21.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/apend_gazeta21.pdf)

lembo a norte do mesmo rio, mas é forçado a reconhecer o princípio da livre navegação dos rios internacionais.

À parte das reuniões formais, as diversas potências negociaram a ratificação do Estado Livre do Congo, sob a autoridade do rei Leopoldo da Bélgica, que viria a consagrar uma vasta superfície na África Central.

Pressionado pelo governo inglês, em 1885, Portugal assina a convenção com a Associação Internacional do Congo, onde reconhece a delimitação de fronteiras encontradas pelos seus pares europeus.



No ano seguinte, são assinados com “a França e com a Alemanha dois tratados que definiam os limites fronteiriços na Guiné, no sul de Angola e no norte de Moçambique. Segundo o primeiro destes acordos, Portugal perdia vários territórios na bacia do Casamansa, compensados em parte pelo facto de a França<sup>24</sup> reconhecer a fronteira norte de Cabinda. Pelo tratado com a Alemanha, a fronteira meridional de Angola era fixada no rio Cunene e a de Moçambique no curso do rio Rovuma. Ambas estas linhas de fronteira sacrificavam os interesses e as pretensões tradicionais de Portugal — nomeadamente a costa angolana até ao Cabo Frio”<sup>25</sup>

Nas “Colónias Portuguesas” de Janeiro de 1886 podia ler-se com o título *As Terras d’Além-Mar em Grande Perigo*, o seguinte:

“Oprimem-nos a França e a Inglaterra na Guiné, a Bélgica e a Alemanha na província de Angola, os Bóeres e os Ingleses em Moçambique, e assim se acumulam os perigos. ...”<sup>26</sup>



Em Março de 1887 o capitão Alfredo Caldas Xavier prontificou-se a realizar uma nova travessia, no que foi apoiado pela Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Com a subida ao poder do governo progressista de José Luciano de Castro, o germanófilo Henrique Barros Gomes primeiro enquanto ministro da Marinha

<sup>24</sup> “O governo da República Francesa reconhece a Sua Majestade Fidelíssima o direito de exercer a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e de Moçambique, sob reserva dos direitos anteriormente adquiridos por outras potências, e obriga-se pela sua parte a abster-se ali de qualquer ocupação.”

<sup>25</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira Op. Cit., pp. 219-229.

<sup>26</sup> “As Terras d’Além-Mar em Grande Perigo”, in *As Colónias Portuguesas*, nº 1, Lisboa, ano IV, Jan., 1886 In SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 363.





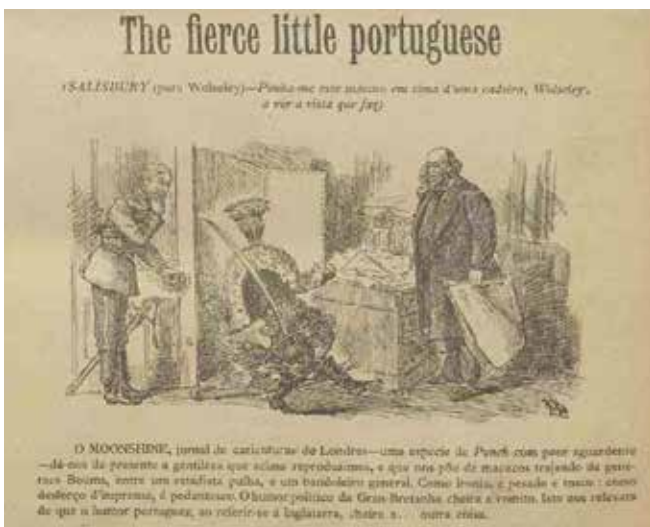


major Serpa Pinto depois do cônsul Bucham lhe ter declarado que eles estavam sob protecção de Inglaterra... O Governo de Sua Majestade lembra a V. Exa. que o ataque dirigido contra os Macololos depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob protecção de Sua Majestade é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga... Tenho a honra de solicitar a V. Exa. uma resposta com a brevidade possível.”<sup>31</sup>



Lisboa apenas respondeu à nota inglesa em Dezembro de 1889, mas a imprensa inglesa começa então uma campanha contra Portugal. Artur Paiva explora os territórios entre o Cubango e o Cunene e Paiva Couceiro, em 1890, chega à zona do Bié.<sup>32</sup>

“Mapa Cor-de-Rosa, que mais não é do que um mapa ilustrativo que acompanha dois tratados que Portugal realiza em 1886 com a França (Maio) e com a Alemanha (Dezembro), na sequência da Conferência de Berlim e pelos quais define as suas pretensões à zona de influência no interior das suas possessões.”<sup>33</sup>



<sup>31</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, O Ultimatum Inglês Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890, Lisboa, Edições Alfa, 1990.  
<sup>32</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, Op. Cit., p. 358.  
<sup>33</sup> GUIMARÃES, Maria Ângela, Uma Corrente do Colonialismo Português, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 145-146.



No acordo luso-alemão são reconhecidas as fronteiras a Norte de Moçambique e a Sul de Angola comprometendo-se Portugal a abrir mão da margem esquerda do rio Cunene, local onde se negociava o marfim com o interior de Moçamedes.

Mas os ingleses opuseram-se a ambos os tratados, pois segundo eles aquelas potências nunca tiveram interesses nos territórios em questão, acabando os tratados por não passarem de uma simples declaração de princípios.

Em finais de 1889 o primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, afirmava que Portugal era “uma pequena potência muito irritante”(…)só reage a ameaças”<sup>34</sup>. Ainda pensou em ocupar Goa, mas teve na oposição o governo colonial da Índia.

A Sociedade de Geografia de Lisboa considerava que a melhor forma de fazer valer os nossos direitos em África seria a construção de caminhos-de-ferro e do alargamento das linhas telegráficas que permitiam o desenvolvimento comercial da região, nomeadamente o da exploração mineira.

Assim apresentou em Novembro de 1889 uma proposta de criação de uma rede telegráfica entre Quelimane, Niassa, Tete, Zuiribo, Manica, Beira, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques; de um projecto de construção de linhas de caminhos-de-ferro de Inhambane ao Transval, da Beira ao Alto Sanhate e de Lourenço Marques até à fronteira do Mussate; de uma forma de atrair emigrantes para se fixarem no Zambeze e em Lourenço Marques, de preferência no distrito de Inhambane e na Maxona.<sup>35</sup>

A 11 de Janeiro de 1890 o embaixador inglês em Lisboa, Georges Petre entrega a Henrique Barros Gomes e ao Ministro da Marinha e do Ultramar Frederico Ressano Garcia, um ultimatum. Barro Gomes solicitou ao ministro britânico que escrevesse uma comunicação para a poder comunicar

<sup>34</sup> SALISBURY, Andrew Roberts, Victorian Titan, Londres, Phoenix, 1999, pp.520-522 in RAMOS, Rui, Op. Cit., p. 58.  
<sup>35</sup> Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa, vol. IX, Lisboa, 1889, pp. 95-105 (11 de Novembro de 1889). Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa, vol. X, Lisboa, 1890, pp. 17-18 (Novembro de 1889). Ver também SANTOS, Maria Emília Madeira, Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.





de forma correcta aos seus colegas de governo.<sup>36</sup> Com este memorando, Lorde Salisbury procurava intimidar Portugal para se retirar da África Austral e pôr fim às ambições portuguesas. O não cumprimento acarretava a interrupção de quaisquer relações diplomáticas e o confronto bélico em África. A esquadra de Gibraltar levava instruções para se dirigir a África Austral e a esquadra do Índico para ocupar Moçambique.

Nessa noite reúne o Conselho de Estado dirigido pelo rei D. Carlos, com Serpa Pimentel, J. Luciano de Castro, Augusto César Barjona de Freitas, Barros Gomes, Abreu e Sousa e o conde de S. Januário.

O major Serpa Pimentel numa atitude fleumática preconiza a insatisfação face a uma possível rendição.

O ministro Henrique Barros Gomes declarava:

*Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o governo resolve "ceder" às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressaltando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africa-*



nas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.<sup>37</sup>

Era a tentativa algo desesperada, de salvar a face para uma possível mediação efectuada

por terceiros, só que a recusa não tardou por o governo inglês considerar *que "que aquele artigo só pode ter execução no caso de as duas partes litigantes estarem de acordo em recorrer quer a uma mediação, quer a uma arbitragem"*.

Criou-se então uma "Subscrição Nacional para a Defeza do Paiz" cujo "patriotismo posto em prova, encheu litteralmente o salão do theatro da Trindade de cidadãos de todas as classes sociais, accudindo ao chamamento d'um punhado de patriotas, na memoravel noite de 23 de Janeiro de 1890, onde se nomeou uma grande Comissão para se promover uma subscrição afim de se adquirirem todos os possíveis elementos marítimos de defeza para a Metropole e Colonias."<sup>38</sup>

A comissão de subscrição nacional era constituída por 259 vogais de todas as convicções e partidos tendo como figura mais conservadora o Cardeal Patriarca e a mais radical o republicano Manuel de Arriaga. O presidente da sua comissão executiva era o Marquês de Pomares e seu vice-presidente o Duque de Palmela. Como vogais foram eleitos: Eduardo Abreu; Teófilo Braga; Marquês da Praia e Monforte; Rosa Araújo, Latino Coelho; Sousa Martins; Fernando Palha; Salgado Zenha; Bordalo Pinheiro; Roberto Ivens; Luciano Cordeiro e António Enes.

A 1.ª sessão da Comissão Executiva foi realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo Eduardo Abreu sido eleito seu secretário.<sup>39</sup>

Teve como objectivo subvencionar a aquisição de embarcações de guerra, como foi o caso do cruzador Adamastor construído em Itália. Realizaram-se festas e saraus com este propósito.

D. Carlos contribuiu com 40 contos, as rainhas com 20 contos cada uma e o infante D. Afonso com 5 contos.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao mapa cor-de-rosa (II) in <http://www.janusonline.pt>

<sup>37</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, Op. Cit.

<sup>38</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4187670>

<sup>39</sup> FORJAZ, Jorge Pamplona, Op. Cit., p. 42.





O duque de Palmela foi o primeiro nobre a insurgir-se contra o ultimatum restituindo as condecorações britânicas que tinha desde a Guerra da Crimeia e resolve conceder um ano de receita da sua casa para a Grande Subscrição Nacional. O conde de Porto Covo e o duque de Cadaval associam-se a

esta iniciativa.

Também o marquês de Pomares (futuro presidente da Subscrição Nacional) cujo património imobiliário estava segurado a uma companhia seguradora inglesa transfere o mesmo para companhias seguradoras portuguesas seguido pelo marquês de Rio Maior. O conde Burnay que tinha dois filhos a estudar em Londres, ordena o seu regresso a Portugal.

Segundo a própria imprensa Republicana, D. Carlos “teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira” e a imprensa monárquica dizia que este “resignou à comenda da Ordem Inglesa do Banho que lhe fora conferida quando era príncipe real e declarou à rainha Vitória que rejeitava a Ordem da Jarreteira que lhe fora conferida e em que havia de ser investido”.

O Século indicava que “apenas teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira”<sup>40</sup>



<sup>40</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, Op. Cit.

D. Amélia reagiu ao ultimatum de forma um pouco romântica “devíamos cair de armas na mão em vez de aceitar tal ultimato”. Só depois “compreendi que os reis não têm o direito de jogar com a existência do seu povo”.

O apelo ao sentimento nacional revestia agora algumas formas quase caricatas que levavam a atitudes de algum chauvinismo, vejamos pois algumas dessas expressões:

“Morra a Inglaterra”; “Abaixo os piratas”; “Guerra, guerra sem tréguas ao comércio e às indústrias inglesas.”; “Não se compra e nem se vende a Ingleses.”; “Morte aos Ingleses”.

“...povo ferrozmente egoísta e descaradamente ingrato”; “... só é forte com os fracos: diante dos fortes cai de rastos!”; “... se fossemos fortes, a Inglaterra beijar-nos-ia os pés”.<sup>41</sup>

Na toponímia a população alfacinha muda o nome da “Travessa dos Inglesinhos” para “Travessa dos Ladrões”, o da “Travessa do Enviado de Inglaterra” para “Travessa do Diabo Que o Carregue”.



Uma “libra” passa a designar-se por uma “ladra”, um “beef”, por um “patife”, uma “inglesada” por “um roubo”, a “prisão dum inglês” por “prisão dum ladrão” ou “preso por inglesar”.

Nomes anglófonos acabam por ser aporuguesados como a revista *High-Life* e o jornal *O Repórter*, que passaram a intitular-se de *Alta Sociedade* e *O Português*. O mesmo se passa com inúmeros estabelecimentos comerciais.

Por todo o lado recitava-se em lágrimas o poema *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro:

“Ó cínica Inglaterra, ó bêbeda impudente,  
Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?  
Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,  
Repartindo por todo o escuro continente  
A mortalha de Cristo em tangas d’algodão.”

A residência de Henrique Barros Gomes é apedrejada por manifestantes. Já não era possível o governo progressista manter-se em funções acabando por lhe suceder, a 14 de Janeiro de 1890, um novo governo regenerador chefiado por Alberto de Serpa Pimentel.

<sup>41</sup> MARQUES, Oliveira, Os caminhos históricos das fronteiras de Angola, Jornal de Angola, 03 de Dezembro, 2009 in [http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/os\\_caminhos\\_historicos\\_das\\_fronteras\\_de\\_angola\\_2](http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/os_caminhos_historicos_das_fronteras_de_angola_2).



“Dir-se-hia e assim era, com efeito, que o governo não via com bons olhos as demonstrações populares, não porque ellas pozessem em perigo serio o socego das ruas, mas porque não eram de molde a chamar a Inglaterra a sentimentos conciliadores. Effectivamente, o gabinete Serpa Pimentel e o seu ministro dos estrangeiros, Hintze Ribeiro, não tinham então outro objectivo que não fosse o de chegar com o governo britannico, a um accordo, que pozesse termo á situação instavel em que haviam ficado as relações entre os dois paizes, depois da especie de rompimento do *ultimatum*.”<sup>42</sup>



as formas, sem afrouxamento, nem treguas. Não ha em Portugal fabrica ou industria onde o inglez não esteja a viver do nosso dinheiro – Expulsemol-o! Não ha armazém de mercadorias onde o fornecimento mais grande não seja inglez – Substituamol-o! Navio que não venha d’Inglaterra, machina que não venha d’Inglaterra, dinheiro que não venha d’Inglaterra! Eliminemos p’ra sempre esse trai-

çoeiro paiz das nossas relações commerciaes, tão rapido quanto possivel seja, e imponhamo-n’os todos o dever não vêr fim a esta campanha d’odio, de sangue mesmo e de vingança, ensinando-a nas escolas aos nossos filhos,

O governo proibe um comício no Coliseu, bem como uma manifestação patriótica onde se desejava depor uma coroa de flores na estátua de Camões. Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes, entre outros cidadãos, são transportados para bordo de vasos de guerra. O governo impede alguns espectáculos, confisca jornais, desmembra a Câmara Municipal e a Associação Académica, acabando por dificultar o trabalho da Comissão da Subscrição Nacional.

Rafael Bordalo Pinheiro no jornal “Pontos nos ii” procede a uma crítica corrosiva e avassaladora sobre o Ultimatum e a politica portuguesa na qual D. Carlos (“traição dos Braganças”) e o Governo são alvos privilegiados, salvando-se o major Serpa Pinto apelidado de “heroico explorador que atravessou a África no meio de triumphos, e é elle só, a verdadeira e única encarnação do espírito nacional, isempto de toda e qualquer macula partidária”<sup>43</sup> ( falta qualquer coisa, não?) e através da emblemática figura do Zé Povinho do caricato John Bull figura representativa dos interesses britânicos. Os periódicos Punch, Times e o Standard são reduzidos à imagem de galinhas.

“Não hão-de ser demonstrações rethoricas e indignadas que farão sentir \_\_\_\_\_ caverna de bandidos que se chama Inglaterra, a violencia da infâmia que nos fez. Explosões de palavras, o vento as leva, sem outra memoria deixarem de si a mais do que canções inúteis e anedoctas. A guerra de Portugal à Inglaterra deve concentrar-se agora, na GUERRA DE PORTUGAL AO INGLEZ???. E essa, inicial e por todas



<sup>42</sup> “Correio da Extremadura” in Correio do Ribatejo, Sexta, 19 Fevereiro 2010 [http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=874:0-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo](http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:0-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo)

<sup>43</sup> Pontos nos ii, 9 de Janeiro de 1890.





e fazendo-a valer em factos, de que o esforço de homem para homem não seja mesmo eliminado.”<sup>44</sup>, mas cedo Rafael perceberia a inutilidade do discurso patriótico, o Zé Povinho do “Comité da Subscrição Nacional” é agora uma figura teatral com as actas na mão cuja legenda refere “Até agora, as reuniões só teem sido amostras da loquella publica, onde o Hamlet diria com sobeja razão-Palavras e mais palavras, só palavras!”<sup>45</sup>

A 20 de Agosto de 1890 é assinado em Londres pelo primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, e o conselheiro português Augusto César Barjona de Freitas um tratado em que se reconhece a soberania inglesa sobre toda a região do Chire até ao Zambeze, em troca do reconhecimento do domínio português no planalto de Manica e uma relevante zona de Angola.

Como contrapartida Portugal podia traçar estradas, caminhos-de-ferro e linhas telegráficas nos territórios a norte do Zambeze reservados à autoridade britânica, que para além das vinte milhas a norte do Zambeze, ficava dez milhas a sul do Zambeze, desde Tete até à confluência daquele rio com o Chobe. A Grã-Bretanha passava a ter liberdade de navegação e tráfego de mercadorias no Zambeze e no Chire para o porto da Beira, obrigando-se Portugal à edificação dum caminho-de-ferro na respectiva região, prometendo não ceder os territórios que lhe eram ratificados pelo tratado sem o antecedido consentimento do governo inglês.

“O tratado que, nas condições difíceis em que foi negociado, era bastante aceitável, foi violentamente atacado no parlamento, na imprensa e na opinião pública em geral, sendo rejeitado pelo parlamento o que levou à queda do governo em 16 de Setembro de 1890.”<sup>46</sup>

Eduardo Abreu, agora deputado pelo Partido Republicano, insurge-se contra o tratado, e remete uma carta contundente ao líder do partido progressista, José Luciano de Castro.

D. Carlos escreve ao seu tio Príncipe Eduardo VII “*escreveu ao seu “querido tio”, o filho da rainha Vitória, a explicar, com “toda a franqueza”, que o que lhe interessava era poder*



D. Carlos, de espingarda na mão, numa caçada.

<sup>44</sup> Pontos nos ii, 9 de Janeiro de 1890.

<sup>45</sup> SERRA, João B., “O Ultimatum visto por Rafael Bordalo Pinheiro”, Publico, “Publico-Magazine”, Abril de 1990.

<sup>46</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, Breve História Diplomática de Portugal, Lisboa, Europa-América, 1990, p. 202.

*conseguir da Inglaterra não muito, mas apenas o suficiente para dar “satisfação ao chauvinismo de muitas pessoas”. Era tudo uma questão de aparências. Infelizmente, a questão era a mesma do lado inglês, como o príncipe de Gales notou: “é preciso que entendas que nós também temos de lidar com uma opinião pública que, apesar de melhor instruída, é igualmente exigente.*

(...) No Outono de 1890, ainda insistia em explicar à sua “querida tia”, a rainha Vitória, que “a nossa situação aqui é extremamente grave”. Sem a benevolência inglesa, estaria “comprometida” a “tranquilidade interior” do país, e também a de Espanha, “porque qualquer movimento republicano aqui provocaria imediatamente outro em Espanha. Por isso, pedia à tia para “influenciar o vosso governo, de modo que desta vez ao menos as nossas modestas pretensões sejam escutadas”, e para “se lembrar que quem vos pede isso é o vosso sobrinho muito devotado”.<sup>47</sup>

Esta insistência manifestava o interesse do rei pela evolução dos acontecimentos no continente africano. Mas o Ultimatum provocou danos irreparáveis na monarquia portuguesa com a sucessão de governos e com o enfraquecimento da já débil economia nacional. Os défices aumentavam e caminhava-se para a falência. Apenas ficavam reforçados os ideais republicanos.

Lord Salisbury, responsável pelo Ultimatum e pelo alerta para a mobilização da frota inglesa, é, na opinião de Malyn Newitt<sup>48</sup>, o principal culpado por uma das maiores imprudências diplomáticas da política britânica do século passado.

Os próprios ingleses reconheciam a imprudência de lord Salisbury. O *Star* de Gladstone, dizia “Se Portugal fosse um covil de piratas chineses, habituados a torturar os seus prisioneiros, em vez de ser como é tradicional aliado europeu da Grã-Bretanha, não seria decerto tratado por esta, com mais sumário processo, nem com mais arbitraria brutalidade”. O *Bradford Observer* fala em “atropello de que Portugal tinha sido victima”. Durante a assembleia anual da Greater Manchester Camera, um dos assistentes, M. Rasdex, considerou que o Governo de sua Majestade tinha sido “violento, deshonesto e arbitrário” para com o seu velho aliado.

Os periódicos franceses nomeadamente o *Journal des Dabats* e o *Temps* apelidavam o governo inglês de “descarado, brutal e cynico”. O *Imparcial* de Madrid questionava: “Expiará a Grã-Bretanha algum dia este feito e outros analogos?”<sup>49</sup>



<sup>47</sup> D. Carlos, carta à rainha Vitória, 23.10.1890, ms., em RAW, RAJ — 66/68. In RAMOS, Rui, Op. Cit., p. 61.

<sup>48</sup> NEWITT, Malyn, A History of Mozambique, London, Hurst & Company, 1995, p. 347.

<sup>49</sup> “Correio da Extremadura” in Correio do Ribatejo, Sexta, 19 Fevereiro 2010 [http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo](http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo)





A *Gazeta de Portugal* publicava no dia 11 de Janeiro incentivos à rebelião popular contra o Partido Progressista e os Britânicos com chavões nomeadamente:



Guerra Junqueiro

se faça justiça a essa gente e que não haja demoras, nem delongas”; “A parte britânica das negociações foi tratada com um espirito, que se tivesse sido usado para com uma grande potencia, haver-nos-hia envolvido infallivelmente n’uma guerra, e n’uma guerra em que, demais, os observadores neutraes teriam sido compellidos a considerar-nos como aggressores de proposito deliberado”<sup>50</sup>

Segundo o *Star* tinham sido entregues, em Madrid, 6.000 bilhetes de apoio à posição lusa.

Os italianos, austríacos e alemães procuraram exercer alguma influência junto de Lord Salisbury para que não fosse tão radical para com o governo português.

O deputado republicano Raphael Maria de Labra defendia a posição portuguesa no parlamento espanhol. No parlamento italiano o deputado Mazzlein perguntava ao Primeiro Ministro Francesco Crispi como tencionava proceder.

O mesmo acontecia em França com o deputado republicano Jules Gallard em relação ao ministro dos negócios estrangeiros Eugène Spuller.

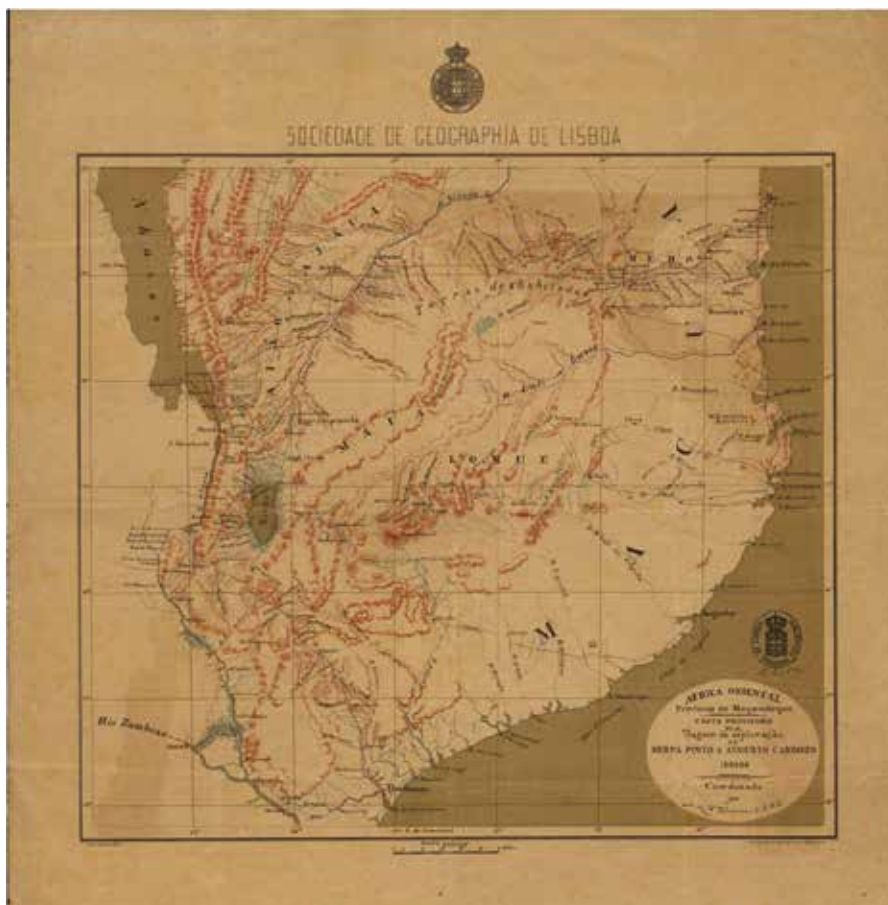
Marcello Caetano, anos mais tarde, viria a considerar ter sido um erro político não se ter nesta última fase negociado simultaneamente com Inglaterra, reconhecendo que *dormíramos demasiado sobre a certeza da posse*.<sup>51</sup>



Professor Marcelo Caetano

O facto é que tais aconteci-

mentos precipitaram Portugal para uma das derrotas diplomáticas mais humilhantes da nossa História. Os ingleses pareciam não estar dispostos a abdicar do seu papel preponderante em África como potência colonizadora.



“Mas os traidores e os cobardes teem o seu castigo n’este mundo”; “As circunstancias são graves”; “Não é possível esperar, ou contemporisar por mais um instante”; “Portugal difficilmente pode recuperar a sua situação antiga, depois do que se passou; mas ao menos, que o mundo inteiro saiba que se fez justiça a essa gente sem brio e sem sentimentos, que assim destruiu e enfraqueceu a sua pátria”;” Que

<sup>50</sup> “Correio da Extremadura” in Correio do Ribatejo, Sexta, 19 Fevereiro 2010 [http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo](http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo)

<sup>51</sup> CAETANO, Marcello, Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos, 4.a edição, Lisboa, Edi-ções Ática, 1971, p. 138



# A MONARQUIA, NA REPÚBLICA

**PEDRO VAZ PEREIRA**

A República foi implantada em Portugal no dia 5 de Outubro de 1910.

Contudo as forças monárquicas nunca deixaram de conspirar e de tentar restaurar a monarquia em Portugal.

Normalmente esta actividade contra republicana decorria sempre no norte de Portugal.



*Paiva Couceiro, comandante das tropas monárquicas que restauraram a monarquia.*

Um dos homens que mais combateu a República, foi o Capitão Paiva Couceiro, que a 19 de Janeiro de 1919 leva a efeito um golpe militar no Porto, tendo restaurado oficialmente a Monarquia em Portugal.

Esta revolução durou umas escassas três semanas e terminou em 13 de Fevereiro de 1919.

Durante este período existiram em Portugal dois governos, um republicano, sediado em Lisboa e outro monárquico no Porto.

Imediatamente o Governo Monárquico começou a legislar e a publicar várias medidas administrativas no Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, e como acto de soberania monárquica procedeu à impressão de valores postais e fez seguir correspondência oficial.

Foram introduzidos de novo os réis e abolido o escudo republicano.

Pelo Decreto nº 16 foi decido manter os portes que se encontravam em vigor.

Dizia o Decreto o seguinte:



*Jornal Primeiro de Janeiro anunciando a 20 de Janeiro de 1919 a restauração da monarquia.*

**A Junta Governativa do Reino, em nome de El Rei, há por bem decretar o seguinte:**

**Art. 1º - Enquanto não se providenciarem por outra forma, continuam em vigor as fórmulas de franquia e de selos de qualquer natureza e taxas actualmente existentes**

**Art. 2º Fica revogada legislação em contrário.**

Pretendiam os monárquicos emitir estes selos em réis e nos valores de 2 ½ rs, 5 rs, 10 rs, 15 rs, 20 rs, 35 rs, 50 rs, 75 rs, 100 rs e 500 rs.





Foram então impressos alguns destes selos postais com o escudo monárquico em folhas de 100 selos, sendo estas compostas por 10x10 selos.

Quando as forças republicanas entraram no Porto no dia 19 de Fevereiro e derrotaram as forças monárquicas, preparava-se a Junta Governativa para iniciar a utilização dos selos monárquicos, os quais tinham sido impressos nas taxas de 2 ½ rs, 5rs, 10 rs, 20 rs e 35 rs.

Nesse dia 13 de Fevereiro de 1919 a Junta Governativa do Reino de Portugal ainda publicou o Decreto nº 67 que iniciava a utilização dos novos selos monárquicos.

Dizia esse decreto o seguinte:

A Junta Governativa do Reino, em nome de El-Rei há por bem decretar o seguinte:

**Art. 1º - Desde a data da publicação deste decreto, serão postos em circulação selos postais emitidos pela Junta Governativa do Reino.**

**Art. 2º - Os selos antigos, das diferentes taxas, serão retirados de circulação à medida que foram postos à venda selos do novo tipo e das mesmas taxas.**

**Artº 3º - Os selos antigos retirados da circulação, por virtude do disposto no artigo, não poderão usar-se, como franquia postal, desde que os portes devidos possam ser pagos em selos do novo tipo que estejam postos à venda.**

**§ único - Exceptuam-se do disposto neste artigo as correspondências destinadas a países estrangeiros.**



Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal. Autêntico Diário do Governo, onde eram publicadas a legislação e todos os assuntos inerentes a um governo instituído.

Todos os selos que seguiram para estações postais eram denteados. Aparecem hoje alguns selos dessa emissão *não emitida*, sem serem denteados, sendo apenas provas do fabrico desses selos monárquicos.

Foi ainda emitido um bilhete-postal no valor de 20 rs. .



Sobrescrito do Gabinete da Presidência com o selo branco do Ministério da Guerra, Repartição de Contabilidade.



Sobrescrito do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, tendo já impresso S.N.R. – Serviço Nacional e Real, sigla apostada em todo o correio oficial do tempo da monarquia.

**Art. 4º - As franquias que contravierem o disposto no artigo antecedente consideram-se como não existentes para todos os efeitos.**

**Art. 5º - Fica revogada a legislação em contrário.**





*Sobrescrito do Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, do gabinete do ministro.*

Este decreto é publicado precisamente no dia 13 de Fevereiro, dia em que a Guarda Nacional Republicana e outras forças republicanas derrotam a revolta monárquica *couceirista*, pelo que não houve tempo para que os novos selos monárquicos entrassem em circulação. Não se conhece uma única correspondência circulada com estes selos e todas as que apareceram são falsas.

Sabe-se que foram nesse dia ainda distribuídos alguns selos de 35 réis pelas estações do Porto, mas não chegaram a ser utilizados na correspondência.



*Provas dos selos mandados emitir pela Junta Governativa do Reino de Portugal.*



*Bilhete-Postal emitido pelos monárquicos, não tendo chegado a circular.*

Juntamente com os selos postais foi emitido um bonito bilhete-postal de correio no valor de 20 réis que também nunca chegou a circular.

As autoridades monárquicas pretendiam ainda emitir selos fiscais. Chegaram a ser impressos uns valores sem taxa.

A Junta Governativa do Reino teve ainda tempo para instituir sobrescritos e papel timbrado com as cores reais, o azul e o respectivo escudo.

Mas o mais notável é que passou a usar novamente o serviço SNR – Serviço Nacional e Real. Este serviço, isento de franquia, foi usado pelo regime monárquico até 5 de Ou-



*Provas de selos fiscais mandados emitir pela Junta Governativa do Reino de Portugal.*



Nacional e Real e fazer expedir esta correspondência oficial com estas cintas, sendo esta isenta de franquia, como atrás disse.

Igualmente mandou imprimir em alguns sobrescritos as siglas S.N.R. , correspondentes a este serviço oficial e isento de franquia.



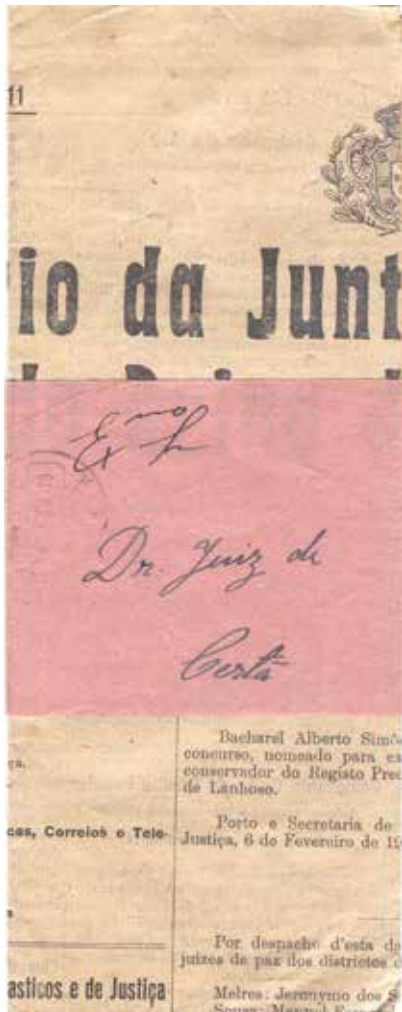
Carta com selos emitidos pela Junta Governativa do Reino e que nunca circularam. Carta com carimbo falso datado de 11 de Fevereiro. O decreto de emissão dos selos é de 13 de Fevereiro, dia em que os selos iam começar a ser vendidos nas estações de correios e em que o golpe monárquico foi derrotado.

Simplemente notável a importância que o correio, como símbolo de soberania sempre teve, e a prová-lo está o facto da Junta Governativa do Reino de Portugal ter tido em escassas três semanas a preocupação de emitir valores postais e fiscais como forma de vincular a soberania de Portugal ao regime monárquico, então de novo restaurado.

Na realidade as únicas peças da Junta Governativa do Reino de Portugal e deste pequeno período de 3 semanas, que eu conheço devidamente circulados, são dois jornais ambos enviados para o Juiz de Direito da Sertã.

São na realidade duas peças notáveis, já que a correspondência monárquica deste período é raríssima, direi mesmo praticamente inexistente.

Na realidade durante três semanas tivemos a Monarquia na República!!



1ª peça rainha do período da Monarquia do Norte. Jornal expedido para o juiz de direito da Sertã, com carimbo de chegada da Sertã de Fevereiro de 1919, não se percebendo o Dia do Carimbo.



2ª peça rainha deste período e de uma beleza extraordinária. Jornal da Junta Governativa do Reino de Portugal, expedida para o Juiz de Direito da Sertã, envolto em cinta da Junta com SNR - Serviço Nacional do Reino e com a menção de Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal. Peça histórica-filatélica de grande qualidade, sendo estes dois jornais as únicas peças conhecidas circuladas da Monarquia do Norte.



# 收藏

澳門郵票



*Coleccion Selos de Macau*  
*Collect Macao's Stamps*



澳門議事亭前地  
 Largo do Senado, Macau



齊心一意 助拓商貿  
*Aproximamos Pessoas, Facilitamos Negócios*

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491  
 傳真 Fax: (853) 8396 8603, 2833 6603  
 電郵 E-mail: philately@macaupost.gov.mo  
 網址 Website: www.macaupost.gov.mo





# NOTÍCIAS FEDERATIVAS



## UMA VISITA À 1ª REPÚBLICA EM PORTUGAL



Busto oficial da República do escultor Francisco Santos

Durante o mês de Janeiro decorrerá na Sala Algarve da Sociedade de Geografia uma importante exposição sobre a 1.ª República em Portugal.

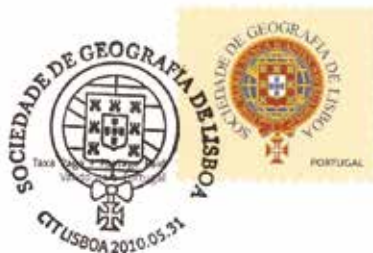
Integrada nas comemorações dos 100 anos da implantação da República a Federação Portuguesa de Filatelia e a Sociedade de Geografia de Lisboa levarão a efeito esta importante exposição da qual apresentamos o respectivo o guião.

Oportunamente daremos as datas em que se realizará esta importante exposição.



CENTENÁRIO DA REPÚBLICA  
1910 - 2010

ctf  
Bilhete-postal



ENDEREÇO

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**GUIÃO DA EXPOSIÇÃO**  
**Uma Visita à 1ª República em Portugal**

ANTECEDENTES  
O 5 DE OUTUBRO 1910  
A LEI DA SEPARAÇÃO DA IGREJA DO ESTADO  
AS CONSTITUINTES  
AS INSTITUIÇÕES REPUBLICANAS  
AS MISSÕES LAICAS COMO FACTOR  
DE MISSIONAÇÃO DA REPÚBLICA  
A GRANDE GUERRA  
OS HOMENS DA REPÚBLICA  
MONARQUIA DO NORTE  
AS SOCIEDADES SECRETAS  
COISAS E LOISAS DA 1ª REPÚBLICA

A Sopa para os Pobres  
Travessia do Atlântico Sul  
Os Caminhos de Ferro da República  
Conferências e Visitas  
Sociedade de Geografia  
O Dinheiro  
Os Valores Postais  
Jornais  
Bandeiras da República  
Caixa de Música da Época com o Hino Nacional  
O Traje na 1ª República  
Carros da Época  
Filmes da Época  
Fotografias da 1ª República  
O Fim da 1ª República



*Revoltosos da Armada  
e os buracos  
das balas de canhão  
num candeeiro  
no Rocio, ao pé  
da estátua  
do D. Pedro IV.*





## Morreu Samir Fikry

Foi com muita consternação que recebemos a notícia da morte deste grande amigo de Portugal.

Há muito que o tínhamos convidado para participar na Corte de Honra da PORTUGAL-2010 com a sua extraordinária coleção sobre o Canal do Suez.

Foi Director da FEPA e Presidente da Federação do Egipto. Homem amigo de todos deixa-nos uma enorme saudade.

Apresentamos à Família e em especial a Jeanne Fikry sentidas condolências.

## Yves TARDY

Morreu um bom amigo de Portugal. Morreu Yves Tardy Presidente da Federação Francesa de Associações Filatélica.

Homem de grande acção e dinâmico integrou os órgãos sociais da FFAF durante muitos anos tendo chegado à Presidência há 4 anos.

Amigo de Portugal e dos portugueses, visitou-nos em 2003, nas comemorações dos 100 anos da emissão do 1º Selo Postal Português e sempre nos habituamos a ver nele um bom amigo, um bom dirigente e um grande senhor da filatelia mundial.

Ives Tardy era o comissário de França à PORTUGAL-2010.

À Federação Francesa e à Família de Ives Tardy apresentamos as nossas sentidas condolências.



## CONGRESSO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA

Realizou-se no passado dia 20 de Março de 2010 na cidade de Beja o 1º Congresso anual da Federação Portuguesa de Filatelia.

Estiveram presentes 20 clubes federados o que representa um excelente número em comparação a anteriores congressos.

Esta Congresso teve o apoio do Núcleo Filatélico do Hospital de Beja e Geada de Sousa foi incansável para que tudo corresse na perfeição, como na realidade aconteceu. Apenas temos que agradecer o grande empenho e organização deste Congresso ao Núcleo do Hospital de Beja.

Iniciado pelas 11h e 30m tinha pontos da ordem de trabalhos importantes onde se destacavam as eleições para os novos corpos sociais da Federação Portuguesa de Filatelia, os quais foram eleitos por unanimidade.

O Relatório Balanço e Contas foi igualmente aprovado por unanimidade.

Por último o Congresso da Federação Portuguesa de Filatelia e por proposta da Confraria Timbrológica Meridional 'Salvaro Boino de Azevedo, concedeu ao Sr. Pedro Vaz Pereira o *Galardão de Filatelista Eminente*, a mais alta distinção da filatelia portuguesa atribuída a um filatelista.

Os novos Corpos Sociais são compostos pelos seguintes elementos:

### MESA DO CONGRESSO

<b>Presidente</b>	António Gonçalves Borralho
<b>1º Secretário</b>	Eduardo José Moreira Oliveira e Sousa
<b>2º Secretário</b>	Hernâni António Carmelo de Matos
<b>Suplente</b>	José Manuel Martins da Silva Pereira
<b>Suplente</b>	Francisco António Parente Ribeiro



*Delegados dos vários clubes presentes no Congresso.*

### DIRECÇÃO

<b>Presidente</b>	Pedro Marçal Vaz Pereira
<b>1º Vice-Presidente</b>	João Maria da Silva Violante
<b>2º Vice-Presidente</b>	Vítor Cândido Pimenta Jacinto
<b>Tesoureiro</b>	João Manuel Lopes Soeiro
<b>Secretário</b>	Fernando Alberto Mendes Calheiros
<b>Vogal</b>	Marcial Araújo Passos
<b>Vogal</b>	Raul Manuel Andrade Leitão
<b>Suplente</b>	Nuno Tarcício Gaspar de Oliveira Cardoso
<b>Suplente</b>	Júlio Pedroso Maia

### CONSELHO FISCAL

<b>Presidente</b>	António Manuel Pimentel Perestrelo Cavaco
<b>Relator</b>	António Cabral Rego
<b>Vogal</b>	Rui Manuel Mourato Pires Mendes
<b>Suplente</b>	Carlos Alberto Calheiros da Silva
<b>Suplente</b>	Jorge Andrade da Silva Branco

### CONSELHO JURISDICCIONAL

<b>Presidente</b>	Dr. José Eduardo Pescador Matos Fanha Vieira
<b>Vogal</b>	Dr. Ricardo Jorge Santos Varela Pina Cabral
<b>Vogal</b>	Dr. Rui Manuel Justino Januário
<b>Suplente</b>	Dr. José Manuel Rodrigues Fernandes
<b>Suplente</b>	Dr. Nelson Laureano Oliveira Aniceto



*Dr. Silva Gama, Presidente do Congresso da FPF, que cessou as suas funções e que durante muitos anos prestou elevados serviços à Federação Portuguesa de Filatelia.*



*A Direcção cessante. 1ª fila – João Soeiro, Fernando Calheiros, João Violante, Pedro Vaz Pereira e Vítor Jacinto. 2ª Fila – António Borralho e Matoso Rita.*





## CONSELHO DISCIPLINAR

<b>Presidente</b>	Dr. Rui Miguel Matos Alves
<b>Secretário</b>	José Geada Sousa
<b>Vogal</b>	José Manuel Miranda da Mota
<b>Suplente</b>	Horácio de Oliveira Matoso Rita
<b>Suplente</b>	António José Manso Cristóvão



Almoço do Congresso da FPF. ▶

## PEDRO VAZ PEREIRA RECEBE DO CONGRESSO DA FPF O Galardão de Filatelista Eminente

Por proposta da Confraria Timbrológica Meridional Álvaro Boino de Azevedo, o Congresso da FPF distinguiu o Sr. Pedro Vaz Pereira com o Galardão de Filatelista Eminente.

Este Galardão, o mais alto da Filatelia de Portugal, foi instituído no ano de 1954, tendo sido atribuído nos últimos 56 anos a apenas filatelistas. O último foi entregue em 1994 ao nosso saudoso José Manuel Castanheira da Silveira.

Este Galardão só é entregue aos filatelistas que ao longo da sua vida filatélica tenham prestado relevantes serviços nacionais e internacionais, no dirigismo filatélico, na literatura e jornalismo filatélico e que na vertente de expositores filatélicos tenham alcançado prestigiados prémios.

## Troféu AFA 2010

No passado dia 3 de Julho, comemorou-se o 27º Aniversário da Associação Filatélica Alentejana, em Estremoz, no Centro Cultural e Associativo Dr. Marques Crespo, com a realização do Salão Filatélico Filamoz 2010.

Entre as diversas actividades filatélicas do programa do Aniversário, decidiu esta Associação, atribuir o Troféu AFA 2010 ao filatelista João Manuel Lopes Soeiro **“que pela sua acção pessoal tem prestado serviços relevantes à Filatelia Portuguesa, contribuindo para o seu desenvolvimento em Portugal e no Estrangeiro”**.

Este Troféu foi merecidíssimo já que João Soeiro tem sido um dos filatelistas mais dinâmicos e competentes da Filatelia de Portugal.

Excelente colecionador de Aerofilatelia, Tradicional e Interiores Postais, é um dos nossos melhores articulistas e escritores filatélicos. Escreveu o melhor livro sobre Aerofilatelia Portuguesa, *Notas Sobre o Correio Aéreo Português*, sendo este uma obra de referência para todos os aerofilatelistas do mundo.

Jurado Nacional e Internacional, membro da Direcção da FPF, Presidente da Confraria Timbrológica Álvaro Boino de Azevedo, excelente organizador de eventos filatélicos, era



O vereador da Cultura da CM Estremoz entregando o Troféu a João Soeiro.

João Soeiro mais do que merecedor deste justo galardão agora atribuído pela AFA, que só pecou por tardio.

A Direcção da FPF felicita vivamente João Soeiro pelo prestigiado troféu que lhe foi outorgado.



# ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Instituição de utilidade pública

## SECÇÃO FILATÉLICA CLUBE DE COLECCIONADORES DE CARIMBOS COMEMORATIVOS

Apartado 1094 E.C. Santa Cruz 3001-501 COIMBRA  
Telefone: 239 410404 [✉ sfaac@aac.uc.pt](mailto:sfaac@aac.uc.pt) N.º Contribuinte: 500.032.173

A Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra organizou as celebrações dos seus 45 anos de história, no passado dia 20 de Fevereiro de 2010, sábado, comemorando a efeméride com um dia de festa, juntando sócios e amigos.

O dia começou com a recepção aos sócios e antigos directores, estando presentes 3 dos 5 directores iniciais da Secção Filatélica, que partilharam algumas das histórias e aventuras do que foi criar esta tão antiga Secção da AAC.

Esteve patente uma mostra filatélica com várias colecções que envolviam a história da Secção e a história de



2 dos directores da 1ª Direcção: António e Rui Pereira Coelho.



Confraternização de sócios e antigos directores.



Aspecto da mostra de Pintura.



Aspecto parcial da Mostra Filatélica.





Coimbra: “Aula filatélica”, “Cábula Filatélica”, “Realizações do CCCC”, “Geminções” todas da Secção Filatélica e ainda a colecção de maximafilia “Esta cidade chamada AEMINIUM” do sócio Paulo Dias e a interessante colecção temática: “Filatelia - Um Mundo de Imaginação” de Jorge Bomba. Além disso estiveram patentes várias obras da pintora Maria Alber-



*Outro aspecto parcial da Mostra Filatélica.*



*Símbolo do CCCC*

tina Arnaut Dinis sobre a temática Coimbra.

O almoço reuniu várias dezenas de sócios e amigos numa alegre confraternização.

A parte da tarde foi preenchida por um leilão filatélico que levou à praça cerca de 300 itens que se distribuíram desde a Pré-filatelia até às Temáticas passando por interessantes peças da história postal de

Coimbra.

Estas celebrações tiveram início em Janeiro, com a edição do nº 22 da revista *Cábula Filatélica*

A Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra (SFAAC) foi fundada em 23 de Fevereiro de 1965 por um grupo de estudantes universitários. Integrado na secção está o Clube de Coleccionadores de Carimbos Comemorativos (CCCC), constituído em 1977, reconhecido como o maior clube do género em Portugal.

Com os seus mais de mil e cem sócios a SFAAC é actualmente uma voz viva na filatelia nacional, com a vontade constante de divulgar e fomentar a filatelia junto da Academia e da população em geral, evidenciando o lado cultural e pedagógico de tão interessante hobby.

Entre as actividades regulares da Secção está a publicação de uma revista, a “*Cábula Filatélica*”, a realização de



*Capa da Cábula Filatélica nº 22*



*Prato comemorativo dos 45 anos*

Mostras Filatélicas e todo o apoio que presta aos sócios e a outros amantes do coleccionismo em geral que, porventura, se dirijam ao espaço que dispomos no 2º piso do edifício da A.A.C.



A Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra em parceria com o CEIS 20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, organizou uma Mostra Filatélica durante a realização do Congresso “República, Universidade e Academia” que decorreu, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra de 4 a 6 de Março, organizado pelo CEIS 20.



*A Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, Doutora Maria Manuela Ribeiro, apondo o 1º carimbo comemorativo.*

No átrio do Auditório estiveram expostas colecções alusivas à República e a Coimbra e no local funcionou um posto de correio temporário provido de carimbo comemorativo alusivo à República. Toda a correspondência apresentada no



*Aspecto da mesa de apresentação do Congresso.*



*Aspecto do posto de correio.*

local foi obliterada com esse carimbo comemorativo. Foram muitas as solicitações para envio de cartas com este carimbo.

Estiveram presentes as colecções: “Selos da 1ª República” de António Pinheiro, “Esta cidade chamada Aeminium” de Paulo Dias e “História da Escrita” de Nuno Cardoso.



*Dr. António Arnaut a apreciar uma das séries da República.*

A Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra (SFAAC) foi fundada em 23 de Fevereiro de 1965 por um grupo de estudantes universitários. Integrado na secção está o Clube de Coleccionadores de Carimbos Comemorativos (CCCC), constituído em 1977, reconhecido como o maior clube do género em Portugal.

Com os seus mais de mil e cem sócios a SFAAC é actualmente uma voz viva na filatelia nacional, com a vontade constante de divulgar e fomentar a filatelia junto da Academia





e da população em geral, evidenciando o lado cultural e pedagógico de tão interessante hobby.

Entre as actividades regulares da Secção está a publicação de uma revista, a “Cábula Filatélica”, a realização de

Mostras Filatélicas e todo o apoio que presta aos sócios e a outros amantes do colecionismo em geral que, porventura, se dirijam ao espaço que dispomos no 2º piso do edifício da A.A.C.

## FILEXGAYA 2010



**D**ecorreu no Auditório Municipal de Gaia, de 27 de Fevereiro a 14 de Março a 1ª Exposição Filatélica do Clube de Coleccionismo de Gaia.

Foi editado um catálogo com uma excelente qualidade.

Nesta exposição participaram filatelistas consagrados da filatelia portuguesa como Eduardo Sousa, Ribeiro Nogueira, Maria Lisete Barros, Miranda da Mota, Américo Rebelo e José Manuel Pereira, que apresentaram as suas conhecidas e valiosas colecções.

O Núcleo Juvenil da Escola de Barroelas fez-se representar com colecções de dois dos seus jovens, Ana Rita Passos e Susana Ramos Pereira.

► *Catálogo emitido para a FILEXGAYA-2010.*

## Heinrich der Seefahrer HENRIQUE O NAVEGADOR De Jürgen Wölle

**O** Clube Briefmarkenkenfreunde Düsseldorf e.V. tem um departamento que se dedica exclusivamente à filatelia de Portugal.

Têm publicado excelentes trabalhos sobre a filatelia portuguesa e acabam de lançar uma nova obra, dedicada ao Infante D. Henrique, o Navegador.

Esta obra de autoria de Jürgen Wölle apresenta-nos a excelente colecção temática sobre Henrique o Navegador, profusamente ilustrada com peças referentes a este tema.

É apresentado plano da colecção e depois o total das peças que a compõem.

A Federação Portuguesa de Filatelia felicita Jürgen Wölle pela interessante e histórica obra que acaba de publicar.





# ANTUÉRPIA 2010

Realizou-se em Abril, na cidade de Antuérpia na Bélgica, a Antwerp-2010, Exposição Europeia de Filatelia. Nesta exposição participou como jurado o Sr. Professor Hernâni Carmelo de Matos. Estiveram presentes várias participações portuguesas que obtiveram as seguintes classificações:

TRADICIONAL		
João Maria Violante	D. Luís I – Emissões de Relevância Fita Curva e Fita Direita	88 (VG)
HISTÓRIA POSTAL		
Manuel Ângelo Lima Torres	Portuguesa Pré-Philatelia	92 (O)
José Miranda da Mota	Marcas Postais Pré-Adesivas utilizadas no período Adesivo	88 (VG)
INTEIROS POSTAIS		
Luís Brito Frazão	Inteiros Postais da Emissão de D. Luís do Ultramar Português	90 (O)
Pedro Vaz Pereira	Inteiros Postais do Selo Tipo Ceres	92 (O)
LITERATURA		
Pedro Vaz Pereira	Correios Portugueses entre 1853-1900. Carimbos Nominativos e Dados Postais e Etimológicos	92 (O)
Secção Filatélica e Numismática Clube Galitos	Revista Selos e Moedas	75 (PG)
JUVENTUDE		
Ana Rita Gabriel Passos	O Encanto das Flores	75 (PG)
Susana Ramos Pereira	O Presépio	75 (PG)
José Eduardo C. Duarte Silva	A Vida Aquática	75 (PG)
Henrique Manuel Marques Delgado	Fauna- o cão, o gato e o cavalo	78 (PG)
Oriana Miranda Barros	Felinos e carnívoros	70 (P)

## O UNIFORME EM SELOS



Já não é a primeira vez que me acontece ter agradáveis surpresas na filatelia. Tenho tido o prazer de trabalhar no âmbito da PORTUGAL-2010 com o Sr. Superintendente Isaías Teles, que tem a seu cargo a parte da segurança da exposição.

Nas muitas conversas que temos tido, descobri que o Sr. Superintendente Isaías Teles é um ilustre filatelista, um grande entusiasta do tema Uniformes Militares.

Há algum tempo e em conjunto com a Direcção de História e Cultura Militar organizou uma excelente exposição filatélica sobre Uniformes Militares, donde nasceu uma interessantíssima obra cuja capa publicamos.

*O Uniforme em Selos*, um livro filatélico que contou com a participação do Exmo. Sr. Coronel António Manuel Ferrer de Carvalho, onde publicou um conjunto de textos filatélicos de divulgação bastante interessantes sobre *O Nascimento do Selo e Breve História do Traje Militar*.

Contudo a maior parte do livro é a reprodução de uniformes militares da excelente colecção do Sr. Superintendente Isaías Teles, apresentando tipos diferentes de uniformes de 20 países.

É na realidade um excelente livro sobre o tema uniformes, que recomendo.

Aqui deixamos as nossas felicitações ao Sr. Superintendente Isaías Teles pela excelente obra agora publicada e um pedido, para que da próxima vez que se envolva numa exposição deste tipo, informe a filatelia portuguesa, porque nós gostamos sempre de saber e divulgar as boas coisas que se fazem sobre filatelia no nosso país, como foi o presente caso.





# «O Milhafre» prepara-se para levantar voo (de novo)

## PROFESSORA SARA MASSA

Há algumas décadas atrás, decorria o ano lectivo de 1971/1972 e na Escola Básica Integrada/Jardim de Infância de Milagres, o professor Manuel Vieira Gaspar iniciou a actividade filatélica em contexto de sala de aula, usando os selos e postais para decorar as composições dos alunos.



Alunos do 1.º ciclo da E. B. / J. I. de Milagres, junto com o seu professor, Manuel Vieira Gaspar, numa exposição filatélica realizada em 1989 no Comando da PSP de Ponta Delgada. (foto gentilmente oferecida pelo Comandante Furtado Dias, filatelista e amigo d' «O Milhafre»).

Para compreendermos melhor a dimensão que este Núcleo alcançou, atentemos a uma breve nota biográfica da autoria deste professor, datada de 2006, aquando do vigésimo aniversário do Núcleo:



Lançamento do carimbo comemorativo e dos selos alusivos ao aniversário da Escola Básica Integrada de Arrifes, no dia 31 de Maio de 2010. Aproveite-nos registar a presença da Sr.ª Directora Regional da Igualdade de Oportunidades, Dr.ª Natércia Gaspar, da Dr.ª Fátima Albergaria e da Sr.ª Ana Teresa Sousa, em representação dos CTT, e de amigos leais do Núcleo, em particular do Sr. Furtado Dias e do Sr. Carlos Drumond.



Workshop dedicado ao tema «Como montar uma colecção temática», realizado no dia 17 de Abril, em Lisboa, no Museu das Comunicações, sob orientação do professor Marcial Passos.





«No ano lectivo 1982/83 realizou a sua primeira grande mostra filatélica. Nela participaram 34 alunos com idades compreendidas entre 9 e 13 anos. Constava de 72 trabalhos



*No átrio da escola, permaneceram em exposição duas colecções temáticas – uma alusiva ao Centenário do Implantação da República e outra intitulada «Roteiro Turístico dos Açores», elaborada pela actual responsável do Núcleo, professora Sara Massa, quando tinha cerca de doze anos.*

distribuídos por 184 folhas, tratando 61 temas diferentes e focando especialmente, o Meio Físico e Social, a Religião e a Cultura Geral. Foi muito visitada por grande número de pessoas de várias idades. O Senhor Director Escolar de Ponta Delgada, Inspector Rubens Almeida Pavão, achou-a de grande interesse didáctico/pedagógico. Assim esta exposição

O meu nome é Sara Massa e tive o privilégio de ser aluna do professor Gaspar durante todo o primeiro ciclo. Entre 1987-1991, vivi uma aventura filatélica e participei, junto com os meus colegas de turma, em várias mostras e exposições filatélicas, ganhando certificados, diplomas e até algumas medalhas. Hoje, sou professora desta escola e fui desafiada a dar continuidade ao trabalho do meu querido e saudoso professor. Depois de um ano a tentar retomar contactos, parcerias e a inventariar os nossos materiais, o Núcleo está pronto para retomar a sua verdadeira vocação, o trabalho com os alunos.

Foram muitos os amigos e familiares do professor Gaspar que ajudaram «O Milhafre», nesta fase difícil, em que o núcleo perdeu o seu mentor. A Federação Portuguesa de Filatelia tudo fez para nos apoiar. Em Abril deste ano, participei numa oficina sobre colecções temáticas, sob orientação do professor Marcial Passos, no Museu das Comunicações. Desta experiência, destaco o contacto, sempre enriquecedor, com amantes e curiosos da filatelia dos mais variados pontos do país. A 31 de Maio celebrou-se o vigésimo quarto aniversário da Escola Básica Integrada de Arrifes, o Núcleo, sempre apoiado pela Federação e com a colaboração dos CTT promoveu o lançamento de um carimbo comemorativo, assim como uma edição do “meu selo” alusiva ao Milhafre e à escola. Nos passados dias 24, 25 e 26 de Junho, a convite do Presidente da Federação Portuguesa de Filatelia, Sr. Pedro Vaz Pereira, fui fazer uma formação com o professor Marcial Passos, responsável pela dinamização dos clubes juvenis na Federação e coordenador do Clube de Filatelia da Escola Básica 2, 3 / S. de Barroselas. Esta formação serviu, essencialmente, para relembrar o valor da filatelia ao serviço da educação, e para nos mostrar como mobilizar competências essenciais e articular saberes de forma natural e eficaz, recorrendo ao coleccionismo. Foi também importante para traçar novos planos para a filatelia juvenil e escolar.

Depois de tudo o que experienciei, enquanto aluna e como professora, posso assegurar que o clube de filatelia facilita a aprendizagem de técnicas de pesquisa e de sistematização e organização de informação. Em espaços como estes, os alunos culti-

vam o gosto pelo coleccionismo e aprendem de forma relativamente autónoma. No fim de contas, estão a investigar, a escrever e a coleccionar sobre as suas áreas de interesse. A auto-estima dos nossos alunos também sai favorecida, pois, numa fase posterior, aquando das participações em exposições e mostras filatélicas, eles não escondem o seu orgulho. Assim sendo, no próximo ano lectivo, temos a ambição de reunir semanalmente um grupo de alunos do 1.º ciclo na E. B. 1 / J. I. de Milagres e outro de alunos do 2.º ciclo da E. B. 2, 3 de Arrifes. «O Milhafre» prepara-se para levantar voo (de novo).



*Reprodução gráfica dos selos lançados a 31 de Maio de 2010 na Escola Básica Integrada de Arrifes. Permaneceram, também, em exposição os desenhos e trabalhos de edição gráfica levados a cabo pelos professores Katarina Rodrigues e Miguel Carvalho, autores dos selos e do carimbo em questão.*

esteve aberta às escolas e ao público de 4 a 14 de Julho de 1983. Nesse mesmo ano, no mês de Setembro, esteve em Ponta Delgada, durante uma semana, e um dia em cada vila: Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste e Ribeira Grande. Em 1986 federou-se na Federação Portuguesa de Filatelia. É sócio da Associação Portuguesa de Maximafília. Durante a curta vida do Núcleo já realizou 72 Mostras Filatélicas: duas na Ilha Terceira, 4 na Ilha do Pico 1 no Faial, 1 no Corvo e as restantes em S. Miguel em várias localidades da ilha. 37 destas mostras filatélicas tiveram carimbos comemorativos. Já editou 291 postais ilustrados e 8 livros.»





Formação realizada na Escola Básica 2, 3 / S. de Barroselas, sob orientação do professor Marcial Passos, nos passados dias 24, 25 e 26 de Junho.

## ASSOCIAÇÃO DE COLECCIONISMO DE VALE DO NEIVA TEM WEBSITE

Esta dinâmica e ilustre associação acaba de dar à filatelia portuguesa mais um motivo de nos orgulharmos daqueles, que desinteressadamente trabalham para a divulgação da filatelia.  
Acabam de inaugurar o seu website que poderá ser visto em :

<http://www.filaneiva.com/>

A Federação Portuguesa de Filatelia congratula vivamente este agrupamento federado pelo website agora criado e anunciado.





# JUVENTUDE



## POEMA

**Débora Ramos Pereira**

11 Anos

### O selo

Selo com imagem  
 Imagem colorida  
 Colorida e denteada  
 Denteada e quadrada  
 Quadrada e colada

Colada no envelope  
 Envelope que viaja  
 Viaja com notícias  
 Notícias boas ou más  
 Más ou boas mas com selo

Selo belo e magnífico  
 Magnífico porque tem história  
 História que é universal  
 Universal neste pequeno  
 Pequeno pedaço de  
 De papel a quem deram  
 o nome de selo.





**Ana Rita Passos**  
15 Anos

## Pedacinhos de Papel...

**D**ebrucei-me sobre a janela e permiti que o meu pensamento voasse numa qualquer direcção distinta do ambiente e dos mecanismos do meu quotidiano. Diante do enorme número de palavras que tinha ouvido naquele dia, escolhi a mais singular: selos.

Selos....mas afinal o que são? Para satisfazer a minha curiosidade decidi ir procurar o seu significado ao dicionário. Definição: *sinetes ou carimbos empregados para autenticar*



*documentos; chancelas; sinais ou marcas que ficam estampados; estampilhas; tudo o que serve para selar.*

Depois de ler este excerto, decidi, que para mim, selos são muito mais do que isto. Selos, são pequenos pedacinhos de papel que nos permitem voar no mundo do pensamento e criar as mais extraordinárias histórias com uma simples imagem de fundo. Aí, nós pudemos ser quem quisermos, desde um descobridor insaciável de aventura que parte à conquista de novos mundos a uma minúscula abelha que procura alimento nas mais belas flores do jardim. Os selos contam-nos uma história na qual pudemos concretizar as nossas utopias e cujo fim só nós sabemos determinar.

Desde a sua invenção em 1840, estes pedacinhos de papel sempre estiveram presentes na evolução Humana, acompanhando os sonhos e ambições dos que por eles se interessam. Com eles, pudemos viajar através do tempo e do

espaço, sem no entanto, sairmos do nosso lugar e descobriremos os mais extraordinárias feitos da Natureza e do Homem. Os selos ajudam-nos a recordar indispensáveis momentos do passado, como importantes invenções ou acontecimentos históricos. Também nos ensinam muito sobre diversas culturas de longínquos países e nos mostram fotografias de locais reais que pertencem às nossas fantasias.

Nos nossos dias, o tradicional envio da carta está a ser substituído, cada vez mais pelas novas tecnologias como o telemóvel, a Internet, ... Isto é lamentável, porque estamos a perder uma importante forma de divulgação e promoção da nossa cultura, da nossa identidade e estamos também a contribuir para o facto de cada vez se escrever menos "à mão". Caberá aos Correios de Portugal desenvolver formas mais interessantes e apelativas para apresentar a Filatelia aos mais jovens, mas nós como filatelistas também não pudemos deixar "morrer" este magnífico hábito de escrever cartas.





**André Alexandre Passos** | 11 Anos

## A viagem de um selo



Numa noite muito escura, numa casa perto do matoso Lourenço existia uma casa assombrada, por um jovem chamado Artur Mello. Ele estava chateado porque os seus amigos tinham morrido na guerra. Como homenagem aos seus amigos começou a co-

leccionar selos de guerra.

Ele não saía de casa, por isso, toda a gente pensava que a casa estava assombrada. Um dos seus selos sonhava conhecer o mundo, para isso ele architectou um plano. Um dia, saiu do livro, saltou da mesa, abriu a porta e foi a correr para a estação dos Correios. Quando chegou, colocou-se num envelope e aí começou a sua viagem, sentia-se feliz ao pensar como os seus colegas foram “parvos”. A primeira

paragem foi em Barcelona, admirou-se com o belo sol que aí encontrou. Quando o Inverno chegou, ele já estava na Irlanda, enquanto estava á espera que alguém o fosse buscar apanhou com a chuva. Então, para se abrigar entrou numa loja de colecionismo. Aí, um homem foi lá e comprou-o para dar ao seu filho. Quando chegou a casa deu o selo ao seu filho que de imediato o deitou ao chão, dizendo que não gostava. O selo fugiu outra vez para a loja, passaram-se anos e anos, até que um senhor foi lá, viu o selo e decidiu: - “Vou comprá-lo”. Ao comprar o selo o senhor teve que assinar um papel com o seu nome. O selo cheio de curiosidade foi ver o nome do seu novo dono e reparou que era o seu velho dono, o Artur Mello. Quando ia para casa pensou na expressão “velho doce lar” que naquele momento se adequa perfeitamente. Assim, acabou a viagem do selo, pois este preferiu ficar ali ao pé do seu velho amigo, do que continuar a sua viagem pelo mundo.



**Gonçalo Lima** | 13 Anos

## A carta

A carta significa comunicação, antigamente era a única forma de comunicar com os que se encontravam em locais longínquos. Foi usada por toda a gente, do mais humilde ao mais abastado.

A carta é um meio de transporte de mensagens fiável porque, se utilizarmos o telemóvel pode faltar rede ou energia e, o mesmo, sucede com a Internet.

Pudemos expressar melhor os sentimentos e as vontades e, com as recebidas, ficámos com uma recordação pelo tempo que desejarmos.



A carta pode chegar a qualquer parte do mundo, atravessa mares e terras e temos a certeza que chegará às mãos do destinatário

Pode ser guardada por vários séculos, ao contrário do e-mail ou do sms que mais cedo ou mais tarde e por qualquer que seja o motivo serão apagados.

Há muito tempo, ela foi muito importante, declarações de guerra e armistícios, declarações, convites e negócios foram escritos nas suas folhas. Havia, também, cartas específicas para comunicar a morte das pessoas queridas, estas tinham uma risca preta a toda a volta da mesma.

A carta no passado foi o maior meio de comunicação do homem. Antes dos correios, empresa especializada da distribuição de correspondência, eram os mensageiros que levavam e traziam as mensagens.

Na década de 60, 70 e 80 do séc. XX foi o maior meio de comunicação dos emigrantes para os seus familiares e amigos, sem esquecer os milhares de militares que lutaram em Africa que encontraram nela um meio para esquecer os seus males. Também era através das cartas que os namorados trocavam juras de amor.

Hoje em dia, poucos utilizam carta, e fazem dela uma amiga, comunicam através do telemóvel que é mais rápido e cómodo, mas que não deixa marcas para a história.

Actualmente a carta é mais utilizada pelas empresas e pelos amantes da filatelia que, não esquecem o que os seus antepassados lhes legaram.





# SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

## «UMA VISITA À 1ª REPÚBLICA EM PORTUGAL»

JANEIRO DE 2011



**Busto Oficial da República do Escultor Francisco  
Santos**